

Acção Socialista

Nº 1205 - 8 Outubro 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



PORTUGAL NÃO PODE CONTINUAR PARADO

Portugal não pode ficar parado e o secretário-geral do Partido Socialista não pode ficar à porta da Siderurgia Nacional, mercê de desculpas de ocasião, que apenas servem para demonstrar a incapacidade deste Governo em justificar os estragos que a sua ainda curta permanência no poder tem acarretado para o nosso país, indiscutivelmente em recessão.

As atitudes antidemocráticas do Executivo – mais “popular” do que “laranja” –, o PS tem respondido com críticas construtivas que visam corrigir o rumo traçado pelo discurso da “tanga”.

Assim, os deputados foram para o terreno, durante uma semana de deslocações, ouvir os problemas dos portugueses e testemunhar a paralisia nacional.

As denúncias fizeram-nas no Parlamento, durante a interpelação ao Executivo, dizendo “olhos nos olhos” a Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite que os 18 meses de previsões e objectivos falhados deixam ver, claramente, que a governação não lhes está a correr mesmo nada bem.

3



DEMISSÕES NO GOVERNO

PS exige novos esclarecimentos de Durão Barroso

9

CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

Socialistas apresentam propostas de melhoria

15

CONGRESSO PS/AÇORES

Um partido ao serviço das populações

16

ENTREVISTA

Natália Umbelina: Discursos xenófobos criam desespero nos imigrantes

8

“Dar mais força ao PS”

PS
Socialista

20

O PAÍS PARADO AS CUNHAS A ANDAR

1. O conjunto de iniciativas que o Partido Socialista levou a cabo, e culminaram na interpelação ao Governo sobre política económica e social, pôs em evidência a paralisia a que a política da direita tem conduzido o país. Nos vários sectores considerados – as infra-estruturas, o ambiente, a qualificação urbana, o sistema de ciência e tecnologia e o ensino superior – deparamos com medidas interrompidas, opções erradas, desmotivação das pessoas e das instituições. Tudo sacrificado ao suposto combate a um défice orçamental que não cessa de agravar-se, porque menos crescimento da economia significa menos receita fiscal, maior desemprego significa aumento da despesa da segurança social, depressão e expectativas baixas acarretam menor investimento e menor consumo.

Há aqui uma diferença essencial entre a maneira com a direita e o PS olham para a economia e as finanças públicas. Nós achamos que a solução está no aproveitamento pleno dos fundos comunitários, na continuação do esforço do investimento público, na concessão de prioridade às políticas de formação e emprego e à educação e à inovação. A direita não controla sequer a despesa corrente, corta cegamente no investimento, sacrifica a qualificação dos recursos humanos, fica-se pela invenção de maquilhagens para esconder o défice e senta-se à espera da retoma da economia.

Conclusão: como mostram os cálculos reproduzidos na nossa última página, a não haver inversão profunda de tendência, o país corre o risco de chegar ao fim do ano com um défice orçamental real na ordem dos 5 por cento.

Entretanto, o Governo vive obcecado com os fogachos mediáticos. Agora foi a vez do PRASD – Programa de Recuperação das Áreas Deprimidas. Apresentado com toda a pompa, Durão Barroso a presidir. Em que consiste afinal? Num estudo técnico, sem dúvida interessante, mas a que não se acrescentou um só elemento de política pública. “A iniciativa privada” que aproveite, diz o Governo. Pois, quando não há nenhuma espécie de ideia de política regional...

2. Uma sondagem publicada no fim da semana passada estabelece um novo

recorde nacional: o ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Amílcar Theias, tem uma classificação média de 6, em 20 valores, no barómetro de opinião dos inquiridos. É obra, de facto! Mas é bem verdade que, como dizem mesmo os comentadores mais próximos da área do PSD, este Governo está cheio de ministros que nem para directores-gerais demonstram estatura.

O ambiente e o ordenamento são, apenas, um exemplo triste. O Governo herdou políticas em curso, que interrompeu. Para lançar novas medidas estruturantes? Não. No ambiente, tudo voltou à estaca zero. No Programa Polis, paralisação geral. Na chamada descentralização, transferência de competências irrelevantes para as autarquias e a fabricação à pressão de entidades administrativas sem coerência territorial e lógica de planeamento, como são as comunidades urbanas e as áreas metropolitanas.

3. Já estávamos cientes de que a actual maioria entende que, por ter ganho as eleições, o Estado passou a ser seu. A democracia não é o seu forte. Mas nos últimos dias as coisas têm chegado a um ponto insustentável. Desde o momento em que uma estação de televisão noticiou o favorecimento, à margem das leis, de uma familiar do ministro dos Negócios Estrangeiros, no concurso de acesso à licenciatura em medicina, cada informação que vem a lume torna mais clara a gravíssima dimensão das ilegalidades cometidas. A hora em que escrevo, o que se sugere é que o ministro da Ciência e do Ensino Superior terá sido vítima do seu próprio gabinete, que tudo fez para impor, contra todas as regras, os interesses particulares do titular da pasta dos Estrangeiros. Em conluio com quem, ou ao serviço de quem? Do próprio Martins da Cruz, como tudo parece apontar? Entretanto, ministros e primeiro-ministro já todos se envolveram numa catadupa de juras de inocência, honradez e fé uns nos outros que, a ser verdade o nepotismo que se pressente, só pode ter consequências devastadoras para o Governo.

É caso para dizer: no país que a direita fez parar, só as cunhas, as mais descaradas cunhas se mexem!



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

Desde o momento em que uma estação de televisão noticiou o favorecimento, à margem das leis, de uma familiar do ministro dos Negócios Estrangeiros, no concurso de acesso à licenciatura em medicina, cada informação que vem a lume torna mais clara a gravíssima dimensão das ilegalidades cometidas.

MARTINS NA CRUZ

ANTOONIO COLAÇO

ZÉ MANEL - DEMITE-TE,
MARTINS E JÁ!

MARTINS - NÃO ME
DEMITO!

MANELA - DEMITE-TE
MARTINS, OLH'O MEU
ORÇAMENTO!

ZÉ MANEL PELA ÚLTIMA
VEZ, DEMITE-TE, SENÃO
ATIRO-TE AOS LINCES DA
MALCATA!

MARTINS - NÃO ME
DEMITO, NÃO! CALHA BEM
QUE AGORA JÁ NÃO HÁ
LYNCE!

ZÉ MANEL - ENTÃO FICAS
DE CASTIGO E DE BRAÇOS
EM CRUZ !

(DIAS MAIS TARDE)

MARTINS - SOCORRO!!!
QUERO FAZER AS MINHAS
NECESSIDADES!!!



INTERPELAÇÃO DO PS AO GOVERNO

PORTUGAL NÃO PODE PERDER MAIS UM ANO

Voltado já para as questões do Orçamento de 2004, Ferro Rodrigues apresentou seis propostas para redinamizar a economia que esteve a andar para trás ao longo deste ano. Fê-lo no discurso de encerramento da interpelação do PS ao Governo, que a seguir se transcreve, onde aponta os inúmeros erros de Durão Barroso à frente de um Executivo que é o mais à direita em Portugal desde o tempo de Marcello Caetano.

A partida há duas constatações imperiosas a fazer. Em primeiro lugar ficou patente o défice de cultura democrática neste Governo.

Ficaram ainda patentes a arrogância do dogma do bom caminho, quaisquer que sejam os resultados e os números, e a tentativa de construir uma oposição e um Partido Socialista à sua imagem e semelhança, domesticados ou domesticáveis. E, inclusivamente, a própria desqualificação do primeiro-ministro, que foi feita aqui pela sra. ministra de Estado e das Finanças, pois passámos a saber que, não sendo economista, o sr. primeiro-ministro nunca mais poderá falar aqui em sede de Orçamento do Estado!

Em segundo lugar, faço uma segunda constatação: os membros do Governo tentam também manipular as estatísticas internacionais como fazem com as contas públicas. Mas é muito mais difícil conseguirem fazer passar as manigâncias no primeiro caso do que no segundo. A sra. ministra de Estado e das Finanças veio-nos dizer até que havia, no tempo do PS, milhares de novos empregos na função pública por dia. Comprova-se que quando não se diz o que se sabe acaba por não se saber o que se diz!...

Dois conclusões fundamentais se retiraram do debate. Em primeiro lugar, é incontornável a gravidade da recessão económica em que Portugal vive, crise essa que arrasta consequências sociais ainda infelizmente longe de estarem esgotadas. Em segundo lugar, existe uma notória ausência de políticas efectivamente orientadas para combater a crise e o desemprego.

Para o PS esta recessão não era inevitável, ela é fruto de opções erradas e de políticas desajustadas. Portugal tudo tem de fazer para que a uma recessão profunda não se siga uma estagnação prolongada. Mas infelizmente isso parece o mais provável quando o Governo projecta para 2004 um cenário mais pessimista do que aquele que tinha projectado para 2003, e 2003 está a ser o que sabemos: um ano em que Portugal está infelizmente a andar para trás!...

Portugal sem rumo

Do debate que aqui se travou há que sublinhar cinco factos principais. Primeiro: o País está a atrasar-se na construção do caminho de desenvolvimento que nos afirme como realidade que conte como parceiro activo no

quadro da economia europeia e peninsular. Não é apenas a economia que recua, é Portugal que está sem rumo. O conformismo, o desinvestimento, a mediocridade das perspectivas para a iniciativa privada e pública em 2004 são inaceitáveis. Portugal não pode perder mais um ano!

Segundo: as decisões para o futuro, as grandes opções sobre a inserção do País, sobre a nossa ligação ao mundo têm vindo a ser adiadas ou esquecidas. É possível fazer de Sines uma grande ferramenta do nosso desenvolvimento estratégico. Mas tal implica vontade e decisão, que não tem existido, como não tem existido em Alqueva ou na Ota. E é inaceitável que um ano e meio depois todas as dúvidas e impasses sobre o TGV se mantenham. E, a propósito, onde pára o sr. ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações?

Em terceiro lugar: adiar soluções não ajuda o País. Atrasar a qualificação das nossas cidades retira-lhes capacidades para competir. Mas, apesar disso, é o que acontece na política ambiental ou no Programa Polis. Um ano e meio de bloqueios pode significar perdas de apoios e muitos anos de atraso. E, a propósito, onde pára o sr. ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente?!!!

A crise é mais dura nas regiões mais desfavorecidas, mas, apesar disso, é nelas que mais se desinveste. É nelas que mais longe o Governo está do que prometeu. Onde estão os investimentos de que Trás-os-Montes precisa? Porque se retiraram recursos a Bragança, ao contrário do que se comprometeram? Porque tudo prometeram para ganhar votos e agora tudo meteram na gaveta? Até a duplicação do IP4, que o actual primeiro-ministro dizia que se não fosse feita levaria a muitas e muitas mortes...

Quinto: finalmente, o que pode explicar o desinvestimento na ciência e tecnologia se não a incapacidade de olhar o futuro já? E, a propósito, onde pára o sr. ministro da Ciência e do Ensino Superior?!!!

Para recuperar a confiança, para sair da profunda crise em que caiu Portugal, os portugueses precisam de acreditar, e cabe ao Governo um papel decisivo. O País não aceita que quem governe não cumpra os compromissos que assumiu. É por aí que o Governo tem de começar a mudar de políticas. Por exemplo, investindo nas regiões do interior como prometeu, ou honrando a palavra que empenhou face aos mais



Os desafios do PS são os da esperança, os dos empresários sem expectativas de futuro, dos trabalhadores sem emprego e de todos os que sofrem com os erros e omissões do Governo de direita

idosos, a quem insinuou que nunca mais haveria uma pensão abaixo do salário mínimo nacional. Sabem quanto está a crescer o esforço com as pensões? 6,9 por cento este ano, há um ano crescia 9,5 por cento, em 2001, 8,7 por cento e em 2000, 9,7 por cento. Onde está a convergência com o salário mínimo, tão prometida em tantas feiras e em tantos mercados?!!!

Seis desafios ao Governo

O Governo tem de dar confiança aos portugueses e não retirá-la, tem de garantir que não está a utilizar a reserva da segurança social para suportar despesas correntes e tem de garantir que não está a subutilizar os fundos da União Europeia. Tudo isso seria muito grave para o presente e para o futuro dos portugueses.

O Orçamento para 2004 tem de ser um instrumento de retoma e não um factor de crise. Para que assim seja há mudanças a fazer, algumas delas indispensáveis. Deixo hoje aqui seis áreas que considero definirem, em boa medida, o que será ou não o Orçamento para 2004 e, portanto, o ano 2004. Em primeiro lugar, a economia portuguesa não suporta mais cortes no investimento público.

Quem está a ser penalizado com a política cega de cortes são as empresas e o emprego. Sem investimento, não haverá retoma e o País não pode ficar parado à espera da retoma dos outros. Desafiamos o Governo a redinamizar o investimento público, devendo colocar aí as questões da segurança, desde a prevenção dos fogos à conservação dos equipamentos públicos, com clara prioridade. Se o Orçamento do Estado de 2004 não o assumir, não serve as empresas, não serve os portugueses e

não serve Portugal.

Em segundo lugar, o Estado tem de fazer um novo contrato com o investimento privado, um contrato de emergência para reanimar a economia. Com os níveis de investimento que possuímos ou com aqueles que se projectam para 2004, o País não sairá da crise.

O País não precisa de medidas cegas que beneficiem ou penalizem da mesma forma quem investe e quem não investe, quem cria emprego e quem o destrói. Nesta crise os sistemas fiscais e parafiscais devem ser prioritariamente utilizados também a favor do investimento e do emprego.

Se o Orçamento de Estado de 2004 não o assumir, não serve as empresas, não serve Portugal.

Em terceiro lugar, o Estado tem de favorecer o investimento nas zonas deprimidas do nosso território. Tratar igualmente o que é desigual é perpetuar a diferença. Não basta identificar as zonas mais deprimidas e os concelhos mais deprimidos, nem o capital de risco, é necessário que os protagonistas do desenvolvimento sejam apoiados e que, por exemplo, as autarquias nestes concelhos possam ter uma margem diferente para contribuir para o esforço de pôr fim à depressão.

Em quarto lugar, o esforço de aplicação dos recursos públicos tem de privilegiar a ciência e a tecnologia, a cultura e a inovação. Nenhuma conjuntura justifica que se paralise o esforço nacional de qualificação dos nossos recursos humanos.

Em quinto lugar, o combate ao desemprego é um factor essencial para elevar a confiança e para não degradar a coesão. É a recuperação económica que cria empregos, mas as políticas do Estado não podem ser neutras. É preciso mobilizar o País, as empresas e

o Estado para criar mais oportunidades de emprego para as dezenas de milhares de jovens desempregados, nomeadamente para jovens qualificados sem expectativas de emprego. O Orçamento do Estado de 2004 tem de assumir um ambicioso programa de estágios para desempregados em empresas, um programa com a ambição de duplicar o esforço actualmente existente. Os recursos públicos na formação têm de ser reforçados e para aí direccionados. Em sexto lugar, não é possível continuar a encarar passivamente a fuga massiva nos impostos e nas contribuições, e o crescimento da evasão e da fraude, bem patente no facto de, em 2003, a queda das receitas ordinárias ser muito mais grave do que a queda do produto. Há que dotar de meios indispensáveis os protagonistas deste combate, para podermos ter mais receitas, maior justiça fiscal e melhores serviços públicos.

Se o Orçamento do Estado para 2004 não o assumir, não servirá as empresas, não servirá a concorrência, não servirá os portugueses, não servirá Portugal. Os nossos desafios são os desafios da esperança, mas também os desafios dos empresários sem expectativas de futuro, dos trabalhadores sem emprego e de todos os que sofrem com os erros e as omissões do Governo da direita, do Governo do dr. Durão Barroso.

Como sempre, estamos disponíveis quer para o combate político, quer para uma oposição firme e construtiva, quer para acordos, quando eles se imponham. Sabemos que o sr. ministro Marques Mendes irá repetir a casete do costume do esquerdismo do PS para tentar iludir que este é o Governo mais à direita de Portugal depois de Marcello Caetano. Apesar disso, e como sempre, estamos disponíveis para trabalhar por um Portugal mais forte, por um Portugal mais justo.

INTERPELAÇÃO DO PS AO GOVERNO

SÓCRATES CONFRONTA DURÃO COM FALHANÇO ECONÓMICO E SOCIAL

Os 18 meses de governação de direita não estão a correr mesmo nada bem. Esta a repetida acusação dirigida por José Sócrates ao chefe de um Executivo que não só errou todas as previsões económicas e paralisou o País ao nível do investimento, mas também falhou o objectivo da consolidação orçamental. O deputado socialista falava, na Assembleia da República, no passado dia 2 de Outubro, na abertura da interpelação ao Governo e que culminou uma semana de deslocações pelo País e contactos com as populações para testemunhar, na prática, que Portugal não só parou, como está mesmo a andar para trás.

"Em apenas um ano e meio, a taxa de desemprego subiu 50 por cento, o que nos transforma no Estado da Europa onde o desemprego cresce mais rapidamente", apontou o parlamentar do PS, lembrando a Durão Barroso que "desde que o actual primeiro-ministro chegou ao Governo temos mais cem mil novos desempregados", sobretudo entre os jovens e pessoas com curso superior.

Todavia, venceu Sócrates, a marca deste Executivo de direita, que tem sido a do desemprego, não corresponde ao preço a pagar por nenhum processo de modernização da nossa economia. "Este desemprego é apenas fruto do colapso das estruturas produtivas em Portugal", facto pelo qual o Partido Socialista responsabiliza a governação da coligação PSD/CDS-PP.

E o que é "extraordinário", na opinião José Sócrates, é que nos debates teóricos sobre a forma de governar, ainda haja quem, apesar de tudo, teime em não ver grandes diferenças entre o PS e o PSD.

"Mas, há pelos menos cem mil pessoas para quem essa diferença se tornou muito simples e dramática: antes tinham emprego, agora não têm", frisou o deputado, acrescentando de seguida que em matéria de desemprego o Governo só tem tido uma preocupação: inventar desculpas e procurar culpados. "E vai logo aos suspeitos do costume. A culpa já foi da pesada herança, já foi dos sindicatos, já foi das leis laborais e até da Constituição. Passou depois para a conjuntura internacional. Porém, até há poucos dias, ainda ninguém tinha tido a ousadia de introduzir uma nova versão: a de insinuar que a culpa do desemprego é, afinal, dos imigrantes", disse, numa crítica directa às recentes declarações de Paulo Portas, que classificou como "achas para a fogueira da intolerância, da xenofobia e da discriminação".

Segundo o deputado do PS, a razão para o desemprego reside no facto da economia estar a afundar-se, juntamente com o crescimento, o investimento e a confiança.

E porque as políticas avaiam-se com base nos resultados, Sócrates exigiu que o Governo mudasse a estratégia que, até agora, têm feito Portugal decrescer dois pontos abaixo da média



As finanças públicas estão hoje pior que em 2001, o que não deixa de ser espantoso quando toda a política macroeconómica se centrou no controlo do défice do Estado

européia, fazendo falhar todas as previsões do Executivo.

Olhos nos olhos, José Sócrates disse a Durão Barroso que a crise económica teria sido evitada se a oposição tivesse sido escutada a tempo.

"Mas o que é verdadeiramente espantoso é que o Governo tenha mergulhado o País numa crise económica para resolver o problema do défice orçamental, e afinal, ano e meio depois, o mesmo problema do défice orçamental esteja pior do que estava", exclamou o parlamentar, para quem as finanças públicas portuguesas estão hoje pior do que no final de 2001, apesar do "exercício criativo" de Manuela Ferreira Leite de vender património do Estado.

"É absolutamente falso que o uso destes expedientes dê credibilidade. Os mercados financeiros internacionais ainda vão tendo economistas que sabem bem o que é o défice estrutural e para quem estas operações de cosmética não passam de puro ilusionismo que só enganam incautos", advertiu.

Todavia, "de entre todos, houve um erro fatal nesta política económica: a redução abrupta e irresponsável do investimento público", denunciou o deputado, referindo de imediato os adiamentos, hesitações e paragens em projectos estruturantes como a Ota, o TGV, o empreendimento do Alqueva, a acessibilidade a Sines, a duplicação do

IP4, o programa Polis e o aeroporto civil de Beja.

Para José Sócrates, de tudo isto retira-se uma só impressão: Portugal está a ser governado por um Governo fraco, que desinveste nas instituições científicas do Estado, estrangula a cultura, congela as políticas ambientais e de combate aos fogos florestais, bem como nas estratégias de fiscalização de segurança alimentar e atrasa a utilização dos fundos comunitários, sujeitando-nos a perdas.

Viver de costas viradas para esta realidade, concluiu o antigo ministro socialista do Ambiente, é revelar um caso grave de miopia política e assumir a imperdoável condição de "Governo sem visão de futuro".

Portugal não pode esperar

O deputado José Junqueiro evocou, numa breve intervenção, "a triste memória" do período cavaquista para sublinhar que se a situação actual de Portugal se assemelha à primeira metade da década de 90, é porque "a maioria dos responsáveis governamentais de então constitui hoje a maioria deste Governo".

"Sendo assim, com saber de experiência feito, é possível compreender que o primeiro-ministro tenha atingido em 18 meses as piores performances que o cavaquismo construiu em dez anos: salários em

atraso, empresas a fechar diariamente, meio milhão de desempregados, profunda crise económica e falta de confiança no País", reiterou, para depois elencar de forma resumida, mas rigorosa, as provas do "clima de imobilismo e atraso" que paira sobre Portugal todo.

Dirigindo-se a Durão Barroso, Junqueiro lembrou que o País não está em condições de esperar 10 anos pela concretização de promessas que foram feitas para quatro.

Aconselhando o chefe de Governo a não continuar a escudar-se no argumento da "pesada herança", o parlamentar do PS abordou a inevitável remodelação governamental, exigindo que os "ministros a prazo" sejam substituídos com celeridade, uma vez que os socialistas não querem Portugal parado.

Governo não tem estratégia

Com o nítido propósito de desvalorizar a interpelação, Durão Barroso fez-se substituir no debate por Manuela Ferreira Leite, que às questões de fundo lançadas pela oposição fez ouvidos de mercador.

Foi o caso de cinco perguntas lançadas pela deputada Elisa Ferreira sobre a gestão do PIDDAC, a descentralização, o apoio as zonas deprimidas e a reforma da Administração Pública.

A ministra das Finanças limitou-se a

escamotear a situação, fazendo uso do seu estilo satírico e azedo, o mesmo tendo acontecido com as preocupações apresentadas por Francisco Assis, sobre a crise e o desemprego no distrito do Porto ou pelo deputado transmontano Mota Andrade, a propósito do agravamento das desigualdades no desenvolvimento entre o litoral e o interior do País.

As reivindicações para que o Governo faça investimento em sectores fundamentais para o crescimento nacional, como a Cultura, a Ciência e a inovação tecnológicas, bem como para obras estruturantes foram apresentadas pelos deputados Augusto Santos Silva e Capoulas Santos, que também escutaram da ministra um não a qualquer despesa pública que não se possa pagar no imediato, mesmo que isto contradiça os princípios defendidos por conceituados economistas afectos à área do Governo.

Por seu turno, o socialista Joel Hasse Ferreira confrontou Manuela Ferreira Leite com a total inexistência de uma política de consolidação orçamental, explicando que os únicos cortes nas despesas nacionais que se verificaram ao longo deste ano e meio "foram ao nível do investimento público". Ao menos "o professor Cavaco Silva tinha uma estratégia. Este Governo não tem estratégia nem apresenta resultados positivos", rematou.

POLÍTICA ECONÓMICA E PROPAGANDA

Na última sessão comemorativa do 25 de Abril, na Assembleia da República, o Presidente da República disse, com muito acerto, o seguinte: "Temos de nos habituar a premiar as obras, o mérito e os resultados – não as promessas e as ilusões".

Esta afirmação aplica-se muito bem à realidade da actuação do ministro da Economia: um vendedor de promessas e ilusões.

Face a um Ministério bloqueado e desmotivado e a uma economia real depressiva, o ministro mantém um permanente marketing de estudos, programas, reestruturações e de operações de cosmética – tudo num jogo de aparências que contradiz a situação das empresas e da actividade económica.

Isto é particularmente grave porque o país precisa de um Ministério da Economia actuante, ao serviço do desenvolvimento empresarial, da criação e qualificação de empregos, da geração de riqueza e bem-estar.

O ministro chegou ao Ministério com experiência do sector financeiro mas desconhecedor da indústria, do comércio, do turismo (que ignorou, no seu discurso, durante longo tempo). Desconhecedor também da Administração Pública e, portanto, do Ministério de que passou a ser o primeiro responsável.

Seguiu o seu caminho. Rodeou-se de assessores e consultores, mandou fazer estudos, cuidou da imagem mediática. Os resultados:

- um bloqueio dos organismos do Ministério: alteração orgânica atrasada (18 meses depois!) com organismos "novos" que só existem no papel e organismos "velhos" em desactivação, dirigentes e quadros desmotivados, decisões infundadas (como a extinção do Instituto Geológico Mineiro)...
- uma falha completa no que seria a missão de um Ministério da Economia: equilibrar o ajustamento financeiro de ordem macro com as políticas microeconómicas capazes de manter níveis de confiança nos agentes económicos, manter níveis sustentados de investimento e reforçar a competitividade empresarial capaz de conduzir a ganhos concorrenciais no momento da retoma. Ou seja, implementar as políticas estruturais centradas no lado da oferta de bens e serviços que preparem a economia portuguesa para os desafios de competitividade nos mercados globais.

Os resultados económicos estão aí para demonstrar, com toda a evidência, a falência da acção da política económica de apoio ao desenvolvimento empresarial:

- recessão prolongada e desemprego: a recessão mais pronunciada e prolongada de Europa e as maiores taxas de crescimento do desemprego;
- quebras brutais do investimento, com decréscimos em cinco trimestres consecutivos (ou seja durante todo o tempo desta governação);
- quedas na captação de investimento directo estrangeiro, com taxas de decréscimo superiores a 70 por cento;
- a procura externa em que tanto apostava este Governo? no primeiro semestre caíram as exportações em cerca de 2 por cento (recorde-se as previsões iniciais do Governo de acréscimos de +5 a 7 por cento)
- melhorou o défice da balança comercial? Sim mas à custa das quebras nas importações de bens de equipamento e de bens intermédios para a actividade industrial... e da recessão!

Uma falência de políticas – medidas pelos seus resultados – em toda a linha. No futebol nenhum treinador aguentaria estes resultados. Mas o assunto é demasiado sério para comparações destas.

A pergunta inevitável que colocam os portugueses é: mas teria que ser necessariamente assim? A nossa resposta é *não*. Vejamos porquê.

1. Desde o início da actividade deste Governo, assiste-se em Portugal a um ajustamento económico visando, exclusivamente, o desequilíbrio das finanças públicas. Mas o Governo ignorou o que sempre afirmou o PS: tal ajustamento económico tem custos e sem políticas públicas adequadas de acompanhamento conduz a graves dificuldades económicas e sociais.

Lamentavelmente é o que estamos a assistir: o forte agravamento da situação económica, só parcialmente explicada pela conjuntura internacional. E, crescentemente, mesmo analistas da área do Governo, alertam para a possibilidade de a recessão poder ser prolongada e não meramente conjuntural. Pode suspeitar-se de que o Governo tenha querido privilegiar a gestão do ciclo político acelerando a queda da situação económica, no imediato, para ganhar margens de actuação político-eleitoral a médio prazo. Nesta linha política o início de actividade do actual Governo foi marcado pela culpabilização da gestão anterior – paradoxalmente esses foram anos, comparativamente com toda a década de 90, de maior crescimento económico, melhoria do emprego, menor inflação, maior equilíbrio financeiro, menor dívida pública, melhores pois do que os verificados durante os Governos PSD e, nalguns casos, os melhores desde o 25 de Abril.

Porém, actuando assim o Governo coloca o País mais longe de resolver o que é verdadeiramente "o problema português": um défice pronunciado de níveis de produtividade e de competitividade dos bens e serviços portugueses. Mais longe do necessário processo de ajustamento estrutural centrado no lado da oferta de bens e serviços.

Neste contexto, o défice orçamental não pode deixar de ser encarado como um instrumento da política económica não um objectivo – e ainda menos um objectivo prioritário. O défice instrumental é sempre instrumental devendo ser avaliado pela sua natureza. Objectivos, objectivos últimos da política económica, são o crescimento com justiça, o emprego, a criação de riqueza e bem-estar.

2. Mas este era o papel exigido ao ministro da Economia: ocupar-se da microeconomia, das empresas, do tecido económico. Ou seja: fazer uso de políticas públicas adequadas ao estabelecimento de uma trajectória sustentada de crescimento de médio e longo prazo, com:

- mais qualificações e competências, maiores níveis de valor acrescentado na oferta de bens e serviços,
- mais inovação e intensidade em conhecimentos,
- produções mais competitivas e mais intensas em qualidade, em design
- mais sustentabilidade e ecoeficiência
- acessos a mercados internacionais mais valorizadores.

Crescentemente, e tal como o Partido Socialista tem sublinhado desde a primeira hora, analistas de todos os quadrantes reconhecem a importância-chave de actuar a nível estrutural, e não meramente a nível conjuntural, para garantir as condições de desenvolvimento sustentado e de bem-estar. Daí a importância da actuação dos ministros sectoriais – das tutelas da Economia mas também da Educação, da Ciência e Inovação, da Justiça, da Segurança Social.

3. A este propósito é útil recordar que:

- relançar o crescimento económico e aumentar a produtividade constavam das "acções imediatas" do programa eleitoral de Governo do PSD;
- PSD prometia aos portugueses que "um Governo do PSD terá, como designio nacional, fazer com que Portugal esteja, entre 10 a 15 anos, acima do nível de vida médio europeu";
- Durão Barroso falava que com ele no Governo o País crescerá dois pontos acima da União Europeia.

Nenhum destes objectivos tem hoje qualquer credibilidade. Como não tem as afirmações feitas no final de Abril de 2003 pelo ministro da Economia poder Portugal posicionar-se entre as cinco economias mais competitivas da UE dentro de cinco anos ou, mais recentemente, "estar entre os 10 melhores países da UE não em 10 anos mas em metade desse tempo" (afirmação feita no lançamento da "Carta Magna para a Competitividade"). Com estas políticas não é possível este desiderato – a que os portugueses devem ambicionar legitimamente.



MAXIMIANO MARTINS

COORDENADOR DO GP/PS
NA ÁREA ECONÓMICA

Caro (a) Militante,

Caso exista mais de um Militante na sua residência, por favor avise-nos. Assim, só enviaremos o número de exemplares do 'Acção Socialista' que os militantes considerarem necessário.

Se estiver de acordo, por favor preencha, recorte e envie este cupão para a Sede Nacional do PS.

Desde já, o nosso muito obrigado.

À Direcção do Acção Socialista:

Desejamos receber apenas exemplar(es) do "Acção Socialista" na nossa residência, deixando de receber os exemplares que até agora eram enviados para os militantes abaixo-assinados:

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____



Acção
Socialista



PORTUGAL PARADO

GOVERNO TRAVA DESENVOLVIMENTO

Os portugueses estão pior do que em 2001. O País está a andar para trás, mormente no interior norte, onde aliás, há ano e meio atrás, Durão Barroso fez um conjunto enorme de promessas que continuam por cumprir.

Os socialistas foram para o terreno, sob o slogan "Não queremos Portugal parado", denunciar esta realidade, num périplo nacional de uma semana.

Ferro Rodrigues e muitos deputados socialistas comprovaram presencialmente que, por todo o País, os grandes projectos deixados pelo PS estão paralisados. A Ota está parada, o TGV não se sabe se avança, o aeroporto civil de Beja é uma miragem, o porto de Sines está subaproveitado e o tratamento dos resíduos industriais perigosos continua por fazer-se, como é o caso das lamas tóxicas que se amontoam na Siderurgia Nacional, local onde o secretário-geral foi impedido de entrar, num gesto arrogante a lembrar os piores tempos do cavaquismo.

Mas, como se isto não bastasse, há aspectos imateriais, como sejam a cultura, a ciência e tecnologia ou a qualificação dos recursos humanos, que têm sido completamente abandonados.

O balanço é, portanto, muito negativo. Com este Governo Portugal não avança. O País parou no discurso da tanga.

Em 2003, Portugal está exactamente no mesmo ponto que em 2001 em diversos sectores essenciais para o desenvolvimento nacional, entre eles a cultura, a qualificação de recursos humanos e a ciência e tecnologia.

Esta a conclusão do colóquio organizado pela bancada socialista, no passado dia 1 de Outubro, na Assembleia da República, em cuja abertura o secretário-geral do PS afirmou que "com este Governo, a expressão convergência real com a União Europeia passou à clandestinidade".

Ferro Rodrigues considerou como prioritários os investimentos na valorização dos recursos humanos de Portugal, "desde o pré-escolar às universidades".

"O que se está a passar nas universidades é verdadeiramente preocupante e tudo indica que o Executivo prosseguirá a sua política de desinvestimento no ensino superior, o que terá a prazo consequências graves para o País", sustentou o líder socialista.

Ferro lamentou ainda que Portugal "continue a ter imensa necessidade de pessoas qualificadas", mas, ao mesmo tempo, "se registre uma elevada taxa de desemprego ao nível de licenciados, sem que a tutela possua qualquer resposta para resolver esta situação". Segundo Ferro Rodrigues, o PS irá bater-se para que o País "adopte uma estratégia pró-activa ao nível do investimento", alegando que o Portugal "não pode limitar-se a esperar que o comboio alemão arranque para se desenvolver".

No colóquio subordinado ao tema "A ciência e o ensino superior não podem esperar", moderado pelo deputado Augusto Santos Silva, docentes e investigadores manifestaram profunda preocupação pelo desnorte que se vive presentemente nas áreas da Cultura, Formação e Ciência e Tecnologia.

Num encontro em que participaram os docentes universitários Luciano de Almeida Isabel Tiago e Maria de Lurdes Rodrigues, o professor Luís Magalhães

chamou repetidas vezes a atenção para a urgência de "inverter a actual situação" e "retomar o desenvolvimento", mediante políticas públicas de investimento que reforce a malha básica das instituições de ensino superior, supra as carências sentidas ao nível do equipamento científico e zele pelo sustentação do crescimento em áreas órfãs de governação, onde cada vez mais se faz sentir "uma clara desmoralização, uma grave apreensão e descrença, bem como a sensação de paralisia das instituições".

"Precisamos de vencer o atraso, alinhar com os países mais desenvolvidos e, para isso, é preciso implementar políticas com visão de futuro", disse.

Algo de dramático se avizinha para 2004

Essa mesma preocupação e perspectiva foi defendida pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, numa visita ao distrito de Bragança, em que não pode ver a prometida auto-estrada nem a esperada universidade porque ambas estruturas estão por concretizar. Alertando para o facto de Portugal não estar apenas parado, mas a recuar, o líder socialista frisou o facto de a situação ser ainda mais preocupante do que ele próprio temera no arranque da iniciativa "Não queremos Portugal parado". O "Governo tem paralisado o País à espera da locomotiva alemã", observou Ferro, que sustentou esta afirmação com o que constatou ao longo dos últimos dias de contactos e também com as preocupantes previsões do Banco de Portugal no que diz respeito ao investimento.

De acordo com o secretário-geral do PS, "o ponto médio das previsões do Banco de Portugal está baixo de zero, o que significa que a previsão de investimento para 2004 é de recuo em relação a 2003".

"E nós já sabemos como as coisas correram pessimamente em 2003", afirmou, alertando que "algo de



É no interior do País que mais se sente o abandono e o desinvestimento e onde é maior a indignação das populações face às promessas não cumpridas

dramático" se avizinha para a economia portuguesa com os "pré-anunciados cortes no plano de investimentos da administração central (PIDDAC)".

"Mas também acontece com o investimento privado porque, evidentemente, a confiança dos investidores, dos empregadores está nas ruas da amargura, com o ambiente negativo que este Governo criou em toda a sociedade portuguesa", observou.

No que diz respeito aos investimentos estruturantes parados, entre os quais o novo aeroporto da Ota, o Alqueva, o TGV ou o Porto de Sines, Ferro declarou que se estes projectos fundamentais que estruturam o nosso país não forem continuados, "estaremos a cometer um gravíssimo erro, que poderá ter consequências muito nefastas para a autonomia nacional, no contexto de globalização em que vivemos e em que temos ao nosso lado vizinhos que não brincam com coisas sérias".

Tendo verificado, de norte a sul de Portugal, uma "paralisia de políticas de ordenamento, de qualificação das cidades e ambientais", o líder socialista escolheu a região de Bragança para fazer o balanço de uma série de contactos, por considerar o local, o núcleo de Santa Combinha, no parque natural do Azibo, no concelho de Macedo de Cavaleiros, um exemplo da política do Governo.

"É absolutamente indispensável que o interior em Portugal seja valorizado e a suas potencialidades sejam aproveitadas, que não haja um caminho para a desertificação, mas para a valorização dos seus recursos", sustentou, explicando de seguida que esse caminho

faz-se apostando também nas vias de comunicação, nomeadamente a duplicação do IP4 e a construção do IP2 e do IC5.

"Não é tolerável que uma pessoa (Durão Barroso) venha aqui dizer, nas vésperas das eleições, que o IP4 é como um medicamento, que dentro do prazo de validade cura, mas fora do prazo faz mal e até pode matar, e que agora escamoteie completamente as promessas que fez", disse.

Para os socialistas este é apenas um exemplo dos compromissos assumidos e não cumpridos pelo PSD e pelo CDS-PP, pelo que o secretário-geral assegurou que "se for necessário, o PS não deixará de lembrar essas promessas todas as semanas".

O retorno da "censura" cavaquista

A necessidade de alertar os portugueses para esta negra realidade não foi bem entendida pelos poderes que se revelaram antidemocráticos.

O lamentável episódio, para não dizer caricato, do líder do maior partido da oposição se ver impedido de visitar as instalações da Siderurgia Nacional localizada em de Paio Pires (Seixal) não tem justificação e o tom para a qualificar só pode ser encontrado nas indignadas palavras de Ferro Rodrigues.

"Voltámos aos piores momentos do cavaquismo", acusou o secretário-geral do PS, numa reacção ao que considerou ser um gesto de "censura" que visa impossibilitar as televisões e restante Comunicação Social de mostrarem a verdadeira situação que

se vive no País.

Recorde-se que a Siderurgia Nacional - Serviços impediu, no passado dia 29, uma delegação de deputados socialistas, chefiada pelo líder do partido, de realizar a visita que havia autorizado, dias antes, às instalações da empresa onde se acumulam resíduos industriais perigosos (RIP).

O Conselho de Administração da Siderurgia alegou razões de "segurança", mas José Sócrates, que integrava a delegação de deputados socialistas presentes na ocasião, fez questão de sublinhar que, enquanto ministro do Ambiente, esteve várias vezes no local em causa, em companhia de Imprensa, sem que isso tivesse levantado quaisquer problemas.

Ferro Rodrigues interpretou a ocorrência como um sintoma de que "o Governo [que tutela a empresa] não está interessado em que Portugal perceba a vergonha da situação".

A propósito do adiamento da resolução dos problemas ambientais, o PS acusou o Executivo de direita de, passados 18 meses de governação, adiar a questão do passivo ambiental em Portugal, dando como exemplo as "dezenas de milhares de toneladas" de resíduos industriais acumulados na Siderurgia Nacional.

"Há um problema gravíssimo com os resíduos industriais perigosos que é da responsabilidade do Governo, visto que este, até agora, não criou as condições para que este problema tenha uma resolução, que estava em marcha com a co-incineração no tempo do Governo socialista", afirmou o secretário-geral do PS.

Importa recordar também que, em Janeiro de 2002, ainda durante o mandato socialista, o Instituto do Ambiente passou uma licença ambiental para a construção de um aterro no Seixal para deposição de resíduos da Siderurgia. Contudo, a autarquia local não passou ainda a licença da obra, alegando falta de conhecimento da natureza desses mesmos resíduos.

Polis parado na Caparica

Já na Costa de Caparica, o secretário-geral denunciou o facto de o Polis, lançado durante o Governo do PS, estar parado há mais de um ano, o que pode comprometer todo o projecto, uma vez que a calendarização da requalificação da zona estava indexada ao III QCA que termina em 2006.

Acompanhado por dirigentes, deputados, autarcas e militantes socialistas, Ferro Rodrigues visitou a mata de S. João e percorreu o paredão à beira-mar, passando pelo bairro do Marcelino, um aglomerado de barracas, mostrando-se chocado com o cenário de degradação e obras paradas.

"As matas estão cheias de lixo, o que é um perigo para os incêndios, e os porões das praias já há um ano que deveriam ter sido aumentados, pois do tamanho que estão, cada vez o areal é menor e com menor qualidade", disse, sublinhando em seguida que se assiste, infelizmente, a um crescimento dos bairros de lata.

O líder do PS constatou ainda que um relógio gigante sobre o Polis da Costa de Caparica, e que se encontrava parado há já algum tempo, voltou curiosamente a funcionar no dia da visita dos socialistas.

"Como partido da oposição não podemos deixar que o País continue parado como estava este relógio, se o puseram a andar, ponham também os projectos a andar", referiu, manifestando a esperança de que "com a pressão do PS" o Polis da Caparica possa avançar.

Alentejo: projectos estruturantes estão bloqueados

Em Beja, Ferro criticou o Governo por "bloquear" os três projectos estruturantes no Alentejo e de, ao contrário do anterior executivo socialista, deixar de lhes atribuir "prioridade política".

O secretário-geral falava, no dia 26, durante uma conferência de Imprensa em que foi traçado o ponto da situação sobre os projectos de aproveitamento civil da Base Aérea de Beja, do desenvolvimento do Alqueva e de transformação do Porto de Sines.

"Estes três projectos estruturantes são absolutamente essenciais para a região, mas também para o País, para que possa cumprir a sua função de plataforma atlântica da Europa, indispensável ao desenvolvimento europeu", defendeu.

Ladeado por parlamentares do PS, entre os quais António Costa, o secretário-geral deslocou-se à Base Aérea n.º 11 para, no terreno, verificar se "já existe" o aeroporto civil.

Após a visita, em que constatou que o projecto ainda nem sequer passou à fase de obras, Ferro Rodrigues lembrou as promessas deixadas por Durão Barroso, em Junho de 2002, de que "o aeroporto estaria a funcionar no final de 2003".

"O primeiro-ministro assumiu compromissos para com o País, apontando

datas concretas, de que em 2003 já haveria operações no aeroporto. O que vimos (no local) foram azinheiras e não me parece possível fazer operações com aviões nas azinheiras", observou, para depois frisar que, caso não

encontra pronta há algum tempo, mas que ainda não começou a ser operado, apesar de estar concessionado à PSA-Singapura.

O novo terminal de contentores de Sines "ficou pronto na data prevista, mas sem

não está parado, está a recuar", afirmou, apontando para o facto de estarmos a atravessar um período de recessão económica, pelo que, lamentou, "vamos levar três anos (2002, 2003 e 2004) para o País estar,

de Portugal se tornar "duplamente periférico, quer perante o centro mais desenvolvido da União Europeia, quer em relação à Península Ibérica.

"Se não fizermos agora um investimento considerável na valorização do nosso território, a médio prazo a zona de expansão europeia será a fachada atlântica de Espanha", advertiu Cravinho, que ainda deixou outro aviso, tendo como base os projectos de infra-estruturas em construção em Espanha. "No final desta década, 95 por cento da população ibérica ficará a cerca de três horas de Madrid, estando neste conjunto a quase totalidade dos dez milhões de portugueses", disse, acrescentando que "o PSD nunca teve uma cultura estratégica e não tem a ideia de que é preciso agir rapidamente antes que a Espanha ocupe o nosso espaço".

Na sessão de Alenquer, a primeira da preparação da interpeleção que os socialistas fizeram ao Governo a 2 de Outubro, Cravinho procurou defender a "necessidade urgente da construção do aeroporto da Ota".

"O aeroporto não servirá para rivalizar com Espanha – esse argumento não entra na cabeça de um passarinho –, mas resolve o problema de segurança na Portela", começou por salientar o deputado socialista, que alertou igualmente "para a degradação da qualidade de serviço quando o aeroporto receber 14 milhões de passageiros por ano".

Cravinho salientou ainda que, actualmente, "há já 200 mil lisboetas sujeitos a um ruído superior ao permitido pela União Europeia por causa do aeroporto da Portela".

Sobre a extensão do TGV ao País, Ferro Rodrigues referiu que na cimeira luso-espanhola de Dezembro de 2001 – que não se realizou por ter havido interrupção do mandato socialista – estava prevista a decisão de definir o traçado (com ligações a Vigo e Madrid) da linha de alta velocidade até Agosto de 2002.

"Passou-se um ano e meio e a questão do traçado do TGV continua a baralhar o actual Governo", lamentou o líder socialista, para quem "Portugal só terá futuro se tiver investimento público e privado".

"Hoje, o investimento privado é medíocre e o investimento público é horrível", acentuou o secretário-geral do PS, assegurando que, enquanto líder do maior partido da oposição, irá "continuar a pressionar o Governo" em relação a estes temas.

Na sessão na Câmara de Alenquer, que contou com a participação do presidente do município, Álvaro Pedro, os socialistas estenderam o diagnóstico sobre a alegada situação de paralisia ao domínio rodoviário.

"Se não há dinheiro para a reparação de pontes, muito menos haverá para que se prossiga na conclusão do plano nacional rodoviário", apontou Cravinho.

Na área do planeamento, o ex-ministro socialista criticou também a intenção governamental de se constituírem em Portugal nove áreas metropolitanas, "quando a França só tem quatro".

Em alternativa, defendeu que Portugal "deverá ter um grande aglomerado metropolitano, de dimensão europeia e polinucleado, abrangendo, se possível, nove milhões de habitantes" – população que terá de ficar "a menos de duas horas de Lisboa ou do Porto".



O desinvestimento no ensino superior, na formação e na ciência terá graves consequências para o futuro do País

houvesse um "bloqueio" do projecto, a infra-estrutura poderia até ser utilizada, pontualmente, "na altura do Euro 2004", o que agora se torna "muito difícil".

"Há um grande conformismo com esta situação dos atrasos e uma grande falta de responsabilidade de responder por eles", acusou Ferro Rodrigues.

Também a componente agrícola do Alqueva não foi esquecida pelo líder do PS, que voltou a insistir, tal como havia feito no final de Agosto, que aquela valência "não está a ter a prioridade que merece".

"O Alqueva, tal como estava previsto, faz todo o sentido e não admitiremos que a componente agrícola possa ser sacrificada em nome de quaisquer outros interesses", reafirmou.

O outro grande projecto em destaque na deslocação dos socialistas a Beja foi o Terminal XXI do Porto de Sines, cuja primeira fase de construção já se

operadores portuários", lembrou Ferro, revelando ter ficado "preocupado" ao receber a informação de que existe "um processo de despedimento" naquela estrutura.

"Isto quer dizer que não está prevista a existência de uma actividade, a curto ou médio prazo, compatível com o que estava anteriormente prometido, que era a admissão de mais pessoal para um empreendimento com a importância, volume de investimento e interesse estratégico para o País que este tem", explicou.

Segundo o líder socialista, a visita a Beja "serviu para aumentar a preocupação" quanto aos três projectos estruturantes, pretendendo o PS "questionar o Governo" sobre esta situação, numa interpeleção parlamentar.

"Quando dizemos que não queremos Portugal parado, estamos a ser extremamente moderados. Portugal

mais ou menos, como estava em 2001".

Governo liquida afirmação de Portugal perante Espanha

O PS acusou também o Governo de estar a "liquidar" as hipóteses de Portugal se afirmar perante Espanha, ao "suspender" a execução de investimentos públicos, como o aeroporto da Ota e o comboio de alta velocidade.

As críticas foram feitas pelo deputado socialista João Cravinho, no passado dia 25 de Outubro, durante uma sessão realizada na Câmara Municipal de Alenquer que contou com a presença do secretário-geral e do líder parlamentar do PS, Ferro Rodrigues e António Costa.

Numa palestra de quase uma hora, o ex-ministro das Obras Públicas João Cravinho procurou alertar para os riscos



O aproveitamento civil da base aérea de Beja, o desenvolvimento do Alqueva e a transformação do porto de Sines continuam por fazer

NATÁLIA UMBELINA

A CAMINHO DA MISTIÇAGEM CULTURAL

Os discursos xenófobos da direita estão a criar na comunidade imigrante um crescente sentimento de rejeição, de insegurança e até de "algum desespero". Quem o afirma é a nossa camarada Natália Umbelina que, em entrevista ao "Ação Socialista", acusa o Governo de não só não resolver os problemas dos imigrantes como ainda lhes dificultar a vida. Para esta professora de História, a chave para a compreensão desta vasta problemática passa por equacionar as migrações à luz da interdependência e da diversidade cultural.

Qual a sua reacção a discursos claramente xenófobos que acusam os imigrantes de estarem a tirar trabalho aos portugueses?

Realmente é um discurso xenófobo porque os imigrantes de uma forma geral são chamados para ocupar aqueles trabalhos que os portugueses não procuram. Estamos perante um discurso musculado quando se diz que os imigrantes vão à procura dos postos de trabalho que são requeridos pelos portugueses. Não estou de acordo, porque isso não corresponde à verdade, mesmo quando se abriam as vagas de imigração foi a pensar naqueles trabalhos que não eram feitos pelos portugueses. Os portugueses, acho que preferem ser emigrantes, que preferem fazer esses trabalhos noutros países e não propriamente em Portugal.

Quais os benefícios que os imigrantes representam, nas suas mais diversas áreas, para a economia e sociedade portuguesas?

A diversidade é sempre uma mais-valia e o facto de haver esse mosaico cultural em Portugal penso que isso só traz benefícios para o País. Costuma-se dizer que Portugal quase que viveu simultaneamente com a imigração e a emigração. Na altura, as pessoas que vinham de fora tinham outros nomes, só passando a chamar-se imigrantes a partir do momento em que Portugal decidiu criar políticas de imigração. Mas, na realidade, eles sempre existiram com outros nomes, antigamente eram escravos, depois passaram a estrangeiros e hoje são imigrantes. Em termos económicos e segundo o que é dito nos jornais, os emigrantes trouxeram para Portugal 32,5 milhões de euros através das contribuições, dos impostos que pagam, da segurança social, o que em termos económicos é uma mais-valia para o País. Por outro lado, numa sociedade que pretende ser global como é Portugal, acho que a diversidade é uma riqueza e que deve haver realmente as trocas para que haja esse dar e receber que caracteriza normalmente as sociedades pluriculturais. O que acontece realmente é que os imigrantes de uma forma geral não estão abertos à sociedade e vivem fechados entre eles, não estão abertos

à sociedade portuguesa, vivem entre eles, com a excepção de quando vão trabalhar. Ou seja, a relação social é feita entre eles e muitas vezes nem conhecem os seus próprios direitos para procurarem as oportunidades que lhes são abertas, se é que o são.

Do seu ponto de vista, o Estado português recebe bem a mão-de-obra estrangeira?

Não. Eu acho que ainda não estão criadas todas as infra-estruturas de acolhimento para que, de facto, se recebam bem os imigrantes. Nesse aspecto deve-se melhorar, reforçar e criar outras estruturas de acolhimento para que os imigrantes se sintam um pouco em casa quando estão em Portugal, o que não acontece com frequência. Muitas vezes os imigrantes estão em Portugal a pensar no regresso, quer dizer, estão aqui durante algum tempo, vão enviando remessas para os seus países de origem porque pensam voltar para lá, porque na realidade, a sociedade não está completamente aberta para os acolher.

Há racismo na sociedade portuguesa?

Sim. Há racismo de diferentes formas. Existe aquele racismo elementar e o racismo "soft". Há preconceitos e as pessoas são estigmatizadas pelo comportamento de alguns portugueses. Neste momento o imigrante em Portugal vive numa espécie de drama existencial, porque quer o homem, quer a mulher, como as próprias crianças, no trabalho e as crianças nas escolas são estigmatizadas. A todo o momento lhes apontam o dedo, porque é negro, etc. Eu vejo por mim. A maior parte das vezes eu não sou a professora, quer dizer, eu posso ser vista como mãe de um aluno ou como a empregada da limpeza. Quando se aparece como professora é-se olhada, sendo mesmo necessário ter algum poder de encaixe para se fazer a gestão desse comportamento.

Quando aparecem discursos a dizer que os imigrantes estão a tirar emprego aos portugueses, esse sentimento de rejeição aumenta e é isso que cria nos imigrantes angústia, insegurança e até algum desespero.



A integração deve incidir na equiparação de direitos para que o imigrante possa exercer a sua cidadania de forma alargada

Acha que o actual Governo tem vindo a tratar adequadamente as questões da imigração?

Não. Nota-se mesmo nos discursos dos membros do Governo que são contraditórios. Há o discurso do primeiro-ministro, Durão Barroso, que diz que quer fazer a gestão da imigração de uma forma positiva e depois há o discurso de Paulo Portas que o contradiz. Neste momento não me parece que o discurso do Governo seja de forma a aliviar os grandes problemas que os imigrantes têm. Há uma nova lei para a entrada, estada, saída e afastamento dos imigrantes. Esta lei está à espera de ser regulamentada. Mas esta lei é dúbia. Por exemplo, vamos ver as pessoas que já estão na posse de autorização de residência de carácter permanente, quando vão renovar esse título, era suposto terem o mesmo comportamento do que se tem quando se vai renovar o bilhete de identidade. Mas, na realidade, o que acontece é que a essas pessoas se exige toda a documentação, como se tivessem uma autorização temporária. Dá a entender que esta é uma forma escamoteada de lhes serem retiradas as suas autorizações e é isso que cria angústia nas pessoas. Se já têm autorização de residência de carácter permanente, as pessoas sabem que é menos um problema que têm e a partir daí podem começar a resolver outros. Mas, quando se lhes pede tudo isso e se, por acaso, falta algum documento, volta tudo à estaca zero e é preciso começar tudo do princípio, situação que não estabiliza ninguém. Eu acho que a questão da integração passa por aí. O termo integração tem que ser visto nas suas várias facetas, porque, na minha opinião, integração não é propriamente um imigrante ter mais dinheiro se depois não o pode utilizar para a melhoria das suas condições sociais e culturais. Devia incidir, isso sim, mais na equiparação de direitos para que ele pudesse exercer de forma mais alargada a sua cidadania. Outra questão de que se fala muito é que um dos problemas que o

Governo pensa resolver ou minorar é a questão da saúde, mas não nos podemos esquecer da questão da educação. A educação é muito importante, porque é um poder, é a abertura da mente e do espírito, o que se calhar não interessa.

A imigração não é um fenómeno exclusivamente português, pais que já foi de emigrantes. A pergunta é, do seu ponto de vista, como deve ser tratado à escala mundial esta crescente corrente migratória em destino ao Ocidente? É ela inevitável? Fala-se muito da corrida de Sul para o Norte, mas não se aborda nunca a questão do Norte para o Sul. É verdade que as correntes não são iguais, o fluxo não é igual, nem a forma como o fluxo é regulado é igual. Da mesma forma que o Sul não pode viver sem o Norte, o Norte também não pode viver sem o Sul. Portanto, num mundo que se diz global, esses problemas de fluxo do Sul para o Norte ou do Norte para o Sul, deveriam ser vistos de forma diferente. Se calhar as estruturas estão montadas para que o Sul pense que o Norte é o "eldorado". Eu gostava que estes problemas fossem equacionados de outra maneira, porque nós precisamos uns dos outros, somos interdependentes. Se o Norte não precisasse do Sul, não teria aberto as fronteiras. As fronteiras foram abertas quando precisaram das competências do Sul, se agora não precisam, se precisam de outras competências, há que reequacionar o problema, porque nós precisamos todos uns dos outros. Em minha opinião, as novas políticas de imigração deviam passar pelo conhecimento do outro para que ele possa ser mais e melhor aceite. A integração, quer do Norte para o Sul ou o contrário, devia ser feita respeitando as nossas diversidades culturais, porque a diversidade só traz a riqueza. Não é uma desvantagem nem uma fraqueza, mas sim uma oportunidade de conhecer o outro.

O Ocidente precisa de trabalho imigrante de forma a alimentar os fundos para a segurança social, e, por outro lado, a vinda de estrangeiros favorece a demografia que se encontra em quebra. Esta realidade, para além das questões sociais, parece não ser assim equacionada pela direita. Qual a sua opinião?

Eu equaciono a questão de África em relação à Europa. Em África nós somos africanos negros, no entanto o cruzamento de negros com europeus dá uma raça que ainda não se conhece o estatuto, e costuma-se dizer que o mundo caminha para uma mestiçagem. Eu pessoalmente defendo mais a mestiçagem cultural, isto é, que nós sejamos todos cidadãos do mundo. Para mim, ser cidadão do mundo é conhecer o outro lado. É verdade que o facto de haver esse fluxo migratório do Sul para o Norte, traz uma mais-valia em termos demográficos para a Europa.

Sendo cidadã de S. Tomé e Príncipe inscreveu-se no Partido Socialista ao abrigo do artigo 1º dos Estatutos que permitem a militância a estrangeiros desde que residam em Portugal. Qual a razão que a levou a aderir ao PS?

Porque no Partido Socialista eu revejo as ideias que defendo. O PS abre as suas portas aos estrangeiros residentes em Portugal. A minha militância passa por ajudar a integração dos africanos na sociedade portuguesa, sobretudo aqueles que optaram por viver em Portugal. Dentro dos emigrantes há aqueles que decidem continuar a viver em Portugal e há outros que vão embora, mas enquanto cá estiverem torna-se necessário minorar e aliviar o seu sofrimento e o meu contributo vai um pouco nesse sentido. Esta é a razão pela qual eu resolvi de facto aderir ao Partido Socialista, para trazer a minha disponibilidade e juntamente com os outros camaradas podermos levar em frente os seus designios.

CONVENÇÃO DO PS/LOURES

FERRO DENUNCIA ARROGÂNCIA DA DIREITA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, considerou que a manutenção do ministro dos Negócios Estrangeiros em funções é um exemplo paradigmático da "falta de cultura de solidariedade interna no Governo" e da "cultura de arrogância" na forma como a maioria de direita tem exercido o poder.

Falando no sábado no encerramento da Convenção do PS/Loures, que decorreu sob o lema "Construindo o Futuro", Ferro Rodrigues abordou o recente caso que levou à demissão do ministro da Ciência e Ensino Superior, Pedro Lynce, como prova de um problema que "preocupa fortemente" os socialistas, "a qualidade da nossa democracia".

Afirmando-se surpreendido como facto de Martins da Cruz se manter em funções, o líder do PS perguntou: "Como é possível que, num caso envolvendo dois ministros, à demissão de um ministro não tenha havido uma atitude correspondente do outro ministro?".

Para Ferro Rodrigues, este episódio é revelador de "uma cultura de arrogância no exercício do poder pela direita que leva à ideia de impunidade que está na base do que aconteceu".

O líder do PS fez no entanto questão de sublinhar que as suas afirmações não

deviam ser entendidas como um pedido de demissão. "Eu não estou a pedir a cabeça de Martins da Cruz, eu acredito na palavra dos ministros de Portugal", disse, lembrando, a propósito, o esclarecimento feito pelo ministro dos Negócios Estrangeiros "no espaço nobre que é, por natureza, a Assembleia da República".

Abordando ainda o problema da "qualidade da democracia", Ferro Rodrigues disse haver uma "cultura de desresponsabilização" que ficou bem patente nos recentes casos dos fogos florestais e da queda de uma ponte pedonal. "Há sempre alguém para ser demitido, há sempre uma segunda linha de poder, há sempre um presidente do Serviço Nacional de Bombeiros ou do Instituto de Estradas de Portugal à espera de ser demitido", disse, acrescentando num tom irónico que lhe chegou a "passar pela cabeça que isto tudo acabasse na



demissão do director-geral do Ensino Superior".

Não vamos brincar à caridadezinha

Ferro Rodrigues deu ainda como exemplo de "uma cultura pouco exigente em matéria democrática" o facto de várias propostas que o PS tem apresentado terem sido "chumbadas radicalmente" pela maioria de direita.

Por outro lado, o líder socialista reafirmou a sua preocupação com a forma como o actual Governo encara a "recessão muito forte" em que o País se encontra mergulhado.

"Sacrificámos a economia em nome do sacrossanto combate ao défice que não está a ser conseguido", acusou, afirmando ainda ser "preocupante que a recessão seja vista pela direita como uma coisa que permite a purificação, através do aumento do desemprego, da pobreza, e da quebra

do investimento público", disse.

Face a esta postura, Ferro Rodrigues concluiu indignado que "há partidos que não têm qualquer preocupação com o bem-estar dos portugueses".

Outra das preocupações manifestadas por Ferro Rodrigues prendeu-se com as questões sociais. "Nós, socialistas, não aceitamos o regresso ao caritativismo e ao assistencialismo na política social", avisou.

O secretário-geral do PS acusou ainda o Governo de olhar para o desemprego com "total sobrançeria", preocupando-se apenas em "combater os desempregados e os seus direitos".

Na sua intervenção, Ferro Rodrigues fez ainda questão de sublinhar a sua satisfação por estar presente nesta Convenção, em Loures, local onde "o PS obteve uma vitória histórica nas últimas autárquicas, que foi fruto do trabalho de gerações de socialistas".

João Cravinho, Jorge Coelho, Carlos Teixeira, Joaquim Raposo, Pedro Farmhouse, Eduardo Cabrita, Guilherme d'Oliveira Martins, Vasco Franco, e Eduardo Vilaça foram alguns dos oradores nesta Convenção Concelhia, em que estiveram em debate temas como "Planeamento e gestão urbanística", "Mobilidade e acessibilidades", "Modernização da base económica", "Qualificação ambiental", "Inserção social", "Protecção e Segurança", e "Qualificação das pessoas e organizações".

J. C. CASTELO BRANCO

PS EXIGE ESCLARECIMENTOS DE BARROSO

NOVAS REVELAÇÕES COMPROMETEM MINISTRO MARTINS DA CRUZ

O ex-ministro da Ciência e Ensino Superior, Pedro Lynce, demitiu-se mal se soube que um seu despacho favorecia objectivamente a entrada na faculdade de Medicina da filha do ministro Martins da Cruz. Um facto inaceitável em democracia por, além do mais, consubstanciar uma situação de abuso de poder. O ministro dos Negócios Estrangeiros garantiu sob palavra de honra na Assembleia da República que não tinha tido qualquer intervenção no processo e Durão Barroso segurou-o no Governo. Mas, entretanto, com o surgimento de dados novos, o PS exige que o Primeiro-ministro esclareça tudo e tire as devidas consequências.

Apesar da demissão de Pedro Lynce que podia ter sido a saída airosa para um folhetim em que mais uma vez se atinge a credibilidade da classe política, dúvidas supervenientes exigem novos esclarecimentos.

Na justa medida em que a política precisa de credibilidade e uma palavra de honra é sagrada, o líder do PS, Ferro Rodrigues, aceitou as primeiras explicações dadas por Martins da Cruz porque, disse, "acredita na palavra dos ministros de Portugal". Mas não deixou também

de sublinhar a falta de solidariedade entre ministros do Governo, dizendo não compreender "como é que num caso envolvendo dois ministros, à demissão de um não tenha havido a atitude correspondente do outro". Para Ferro Rodrigues, este episódio revela "a cultura de arrogância e de desresponsabilização com que a direita exerce o poder".

Mas, soube-se agora que o despacho do ex-ministro Pedro Lynce não foi um acto isolado, antes se tratou do culminar de todo um processo que teve como principal responsável o próprio chefe de gabinete do ex-ministro. No início de Agosto, o chefe de gabinete de Vasco Lynce, Rui Trigos, tentara por duas vezes alterar a lei sobre os regimes especiais de acesso ao ensino superior. Antes de todos estes problemas, Rui Trigos terá estado quase a mudar-se para o gabinete de Martins da Cruz, onde iria desempenhar o mesmo tipo de funções. Outra diligência visando o mesmo objectivo terá levado o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Lourenço dos Santos, a apresentar um anteprojecto de lei ao conselho de Secretários de Estado, projecto que os serviços jurídicos do Ministério da Ciência terão chumbado.

Portanto, é difícil que o ministro dos Estrangeiros estivesse a leste de tudo isto. Há, portanto, situações e factos por esclarecer. E é isso que agora pretende o Partido Socialista. Num comunicado de 6 de Outubro, depois de serem tornados públicos novos dados sobre o caso, o PS considera que "a gravidade da situação que levou à demissão de Pedro Lynce, bem como a palavra de honra dada na Assembleia da República pelo ministro Martins da Cruz, exigem que nada fique por esclarecer neste processo".

Para o Partido Socialista, não é aceitável que após os acontecimentos da passada semana sejam conhecidos novos factos que, a serem verdade, põem em causa frontalmente as declarações de Martins da Cruz. "Se estas notícias correspondem à realidade, há, não um défice de solidariedade entre membros do Governo, como também um gravíssimo défice de verdade".

O comunicado termina exigindo que o ministro dos Negócios Estrangeiros compareça com urgência no Parlamento para dar explicações, e que o primeiro-ministro esclareça, de imediato, tudo o que se passou, e "daí, tire consequências".

COMEMORAÇÕES DO 5 DE OUTUBRO

PS ADMITE REFERENDO À CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

Se houver alterações significativas na partilha de soberania entre Portugal e a União Europeia, é admissível que se realize, "no final de 2004 ou no princípio de 2005", um referendo sobre a Constituição europeia. Esta a posição assumida pelo secretário-geral do Partido Socialista, no tradicional jantar comemorativo do 5 de Outubro, em Alenquer.

Perante várias centenas de militantes, Ferro Rodrigues apontou para "os importantes combates que se avizinharam" e priorizou as eleições legislativas de 2006 como "momento chave" para o PS voltar a governar.

"É necessário que o Partido cerre fileiras, porque o que está em jogo é demasiado importante para se permitirem tentativas de protagonismo que só geram divisões", advertiu o líder socialista, para de seguida retomar a sua crítica ao peso excessivo do CDS-PP no Governo de coligação.

Segundo Ferro, "é preciso retirar a importância desmesurada que o CDS tem em áreas-chave da governação".

Portugueses precisam ser esclarecidos sobre a Europa

Refira-se ainda que, horas antes, o secretário-geral tinha estado nos Paços do Concelho de Lisboa, onde há 93 anos foi implantada a República. Na cerimónia oficial presidida pelo chefe de Estado, o apelo de Jorge Sampaio foi no sentido dos portugueses serem esclarecidos sobre o que está em causa no debate referente à construção europeia.

"Só uma percepção clara da diversidade das questões que estão em jogo permitirá uma participação informada e uma decisão consequente", sublinhou Jorge Sampaio, que falava perante os mais altos representantes do Estado Português, na Câmara Municipal de Lisboa.

O chefe de Estado dedicou uma grande parte do seu discurso à necessidade de esclarecer os portugueses sobre o debate europeu e as consequências que daí advirão.

Sampaio referiu ser necessário "ponderar" quais as modalidades mais adequadas para os cidadãos participarem na decisão de reificar a futura Constituição Europeia, referindo-se, neste ponto, à possibilidade de ser realizado um referendo nacional sobre o novo Tratado.

SOCIALISTAS DENUNCIAM

IC19 VOTADO AO ABANDONO

Dirigentes do PS de Lisboa e Sintra deslocaram-se ao IC19, a estrada com mais trânsito do País, para denunciarem a falta de conservação e manutenção a que está sujeita esta via.

Como constatou "in loco" a delegação socialista que esteve no local, o

IC-19 está cheio de lixo, tem rails destruídos e materiais de obras antigas, que são um perigo para as centenas de milhares de pessoas que diariamente ali circulam. "Esta situação tinha que ser denunciada. Não obstante haver uma aqui uma passagem superior para peões, está aqui esta abertura que mais parece ter sido feita para as pessoas atravessarem o IC-19, considerada a via mais congestionada da Europa", disse a deputada e também vereadora da Câmara de Sintra, Edite Estrela, apontando para o buraco no separador central.

Para os socialistas, a responsabilidade por este estado de degradação do IC19 "é do Governo e do Instituto de Estradas de Portugal (IEP)", que retirou nos últimos tempos "os meios necessários para a conservação e limpeza desta via, pondo em causa a segurança das pessoas".

Durante a visita efectuada pelo PS de Lisboa e Sintra ao IC-19 e ao único troço do IC-16 construído, que liga Ranholas ao Lourel, foi ainda possível observar de tudo um pouco, e que, segundo referiu Edite Estrela, vai "desde colchões a sofás, animais mortos, restos de obras e até rails destruídos, que representam um perigo para os motociclistas e automobilistas".



PS/MADEIRA QUER PRESIDÊNCIA ABERTA SOBRE AMBIENTE

O deputado do PS/Madeira Bernardo Trindade apelou ao Presidente da República para visitar a região, o mais rápido possível, numa presidência aberta dedicada ao Ambiente.

O volume de obras públicas em curso, sobretudo túneis, a inaugurar para as legislativas de Outubro de 2004, tem levado a que enormes quantidades de terra sejam despejadas indiscriminadamente para o mar, não se sabendo qual o impacto na flora e nas faunas marinhas, já que não existem estudos nesse sentido.

Para o dirigente socialista, é altura de dizer "basta" a este atentado ambiental e não permitir que as grosseiras declarações de Alberto João Jardim que a propósito afirmou: "estou-me nas tintas para isso, as manchas de terra desaparecem. A obra é feita e quero que aqueles que não gostam se lixem", desrespeitando tudo e todos.

VISEU

DEPUTADOS E AUTARCAS DEBATEM PRIORIDADES DO PRÓXIMO OE

Os deputados do PS eleitos pelo círculo de Viseu reuniram-se com todos os presidentes de câmara socialistas do distrito com o objectivo de recolher as suas opiniões e receber propostas para o PIDDAC de 2003 a apresentar na Assembleia da República, durante a discussão do próximo Orçamento de Estado.

Os autarcas de Nelas, Santa Comba, Vila Nova de Paiva, Mortágua, Tarouca, Resende e Lamego deram conhecimento aos parlamentares do PS dos vários projectos que cada um gostaria de ver incluído em PIDDAC. No final do encontro, os deputados e os autarcas socialistas denunciaram "a intervenção pouco séria dos deputados do PSD, dando como exemplo o caso de Lamego em que a actual maioria PSD/PP anulou os concursos da ligação desta cidade ao IP3, da Escola de Hotelaria, metendo ainda na gaveta o protocolo estabelecido entre o Estado e a autarquia local para a construção do novo hospital".

COMISSÃO POLÍTICA

PS REJEITA REVISÃO RADICAL DA CONSTITUIÇÃO

A revisão constitucional proposta pelos socialistas tem uma "natureza limitada e cirúrgica", que visa "aperfeiçoar os poderes das regiões autónomas", reafirmou o porta-voz do PS, Vieira da Silva. É que, explicou, "a Constituição deve ser preservada na sua estabilidade", dela não decorrendo em nenhum ponto "um entrave à melhoria dos índices de competitividade, desenvolvimento e coesão social do País".

Falando à margem da reunião da Comissão Política Nacional do passado dia 30 Setembro, que teve como ordem de trabalhos a análise da situação política e o projecto de revisão constitucional respeitante às regiões autónomas, Vieira da Silva sustentou que "a abertura de um eventual processo de revisão mais geral que o presente só se justifica para responder a eventuais ajustamentos decorrentes do processo de aprovação da Constituição europeia e uma vez cumprido o programa legislativo resultante da revisão de 1997".

Sublinhando que "os actos de revisão constitucional exigem especial responsabilidade e têm de corresponder a compromissos políticos sérios e efectivos", o porta-voz socialista disse que, por isso, "o PS vem afirmando que é inoportuna uma nova revisão constitucional sem que esteja cumprido o programa legislativo de reforma do sistema político, que resulta da revisão constitucional de 1997, em especial o



que diz respeito às leis eleitorais para o Presidente da República, Assembleias da República, Assembleias Legislativas Regionais e Autarquias Locais". E, por outro lado, "não se pode ignorar o dado novo, que resulta da futura Constituição Europeia", acrescentou. Numa segunda fase, segundo Vieira da Silva, o PS admite rever a Lei Fundamental para a adaptar a possíveis alterações resultantes da aprovação da Constituição europeia, dando, ao mesmo tempo, prioridade à conclusão

das matérias institucionais que resultaram do processo de revisão constitucional de 1997.

Por outro lado, e no que respeita à actual situação política, o porta-voz dos socialistas reafirmou que o País está parado, o que motivou, aliás, a interpelação do PS ao Governo que teve lugar no passado dia 2 de Outubro e que foi antecedida de visitas a vários pontos do País, como de resto se dá ampla divulgação nas páginas do "AS".

SÓCRATES NA SECÇÃO DE BENFICA

PORTUGAL VIVE PIOR CRISE DESDE O 25 DE ABRIL

O dirigente socialista José Sócrates considerou que Portugal "atravessa uma das mais graves crises económicas desde o 25 de Abril", classificando o discurso governamental da consolidação orçamental como "um embuste".

Falando perante meia centena de militantes da Secção de Benfica, José Sócrates sustentou que o Governo baseia o seu discurso político "em duas desculpas: a primeira - e cada vez mais ridícula - de que a culpa é da pesada herança" dos governos socialistas.

"O que está a acontecer à economia portuguesa é consequência directa da receita deste Governo, que começou a fazer o discurso da tanga, tendo como objectivo aumentar os impostos, cortar no investimento e abalar a confiança", disse.

"A desculpa da situação internacional só explica uma parte, porque Portugal é actualmente a pior economia dos Quinze da União Europeia", frisou.

Na sua intervenção, José Sócrates responsabilizou ainda o primeiro-ministro, Durão Barroso, por a sua equipa "não ter um rumo para Portugal". "Em consequência dessa ausência de



rumo, somos hoje um país frustrado e desalentado. Há um vazio político em Portugal e cabe ao PS dar resposta a essa ansiedade dos portugueses", referiu.

O dirigente do PS falou também "dos buracos negros" do actual Governo, dando como exemplos os sectores da saúde, das obras públicas, da cultura e, sobretudo, do ambiente.

Nos "mimos" que dirigiu ao seu sucessor

na pasta do Ambiente, Amílcar Theias, o mais suave foi para a sua "actuação patética ao longo do dia europeu sem carros".

Do ponto de vista interno, José Sócrates defendeu que o PS "deverá continuar a representar a esquerda moderada em Portugal, confiante em si própria, com o rosto virado para o futuro e não para o passado" e concorrer sozinho a "todas as próximas eleições".

MORRER DA CURA

A anunciada prioridade à reabilitação e ao arrendamento não foi mais que um discurso, sendo que o Governo apenas abrandou os programas em curso de apoio ao arrendamento social para famílias carenciadas e de apoio à reabilitação de edifícios.



LEONOR COUTINHO

terminadas, as falências das empresas ligadas ao sector, o subemprego dos profissionais. A crise tem a sua maior expressão na região Norte onde as pequenas empresas dominam.

No primeiro semestre de 2003 foram licenciados 43.000 fogos, o que obviamente contrasta com o ritmo de 27.000 fogos concluídos.

A evolução da dinâmica construtiva potencial traduzida pelo licenciamento de obras em todos os municípios do País, tem vindo a ajustar-se progressivamente ao ciclo económico tendo o número de fogos licenciados diminuído anualmente 5 por cento a 15 por cento ao longo dos últimos três anos. Esta resposta progressiva corresponde a uma grande sensatez evitando os "crashes" tão negativos para as actividades económicas.

A estrutura da dinâmica construtiva mantém-se praticamente a mesma, ou seja 75 por cento das obras correspondem a construções novas, sendo que o volume de obras de reabilitação não tem aumentado. No entanto, as estatísticas sempre subestimaram a realidade efectiva da reabilitação onde é evidente o grande peso da economia informal.

A anunciada prioridade à reabilitação e ao arrendamento não foi mais que um discurso, sendo que o Governo apenas abrandou os programas em curso de apoio ao arrendamento social para famílias carenciadas e de apoio à reabilitação de edifícios. A prioridade estratégica do Governo foi a redução do défice público e responsabilização do PS pelas medidas tomadas.

Assim, e a pretexto do défice, o Governo decidiu suprimir completamente, a partir de Setembro de 2002, as bonificações de juro nos novos contratos de empréstimo à habitação.

Fê-lo de modo tão inadequado que não só os resultados negativos no sector já são visíveis como os subsídios pagos pelo Estado aos bancos em 2002 e 2003, resultantes de bonificações de juro, têm continuado a crescer (dados do Orçamento de Estado). Teria sido mais adequado continuar o esforço de fiscalização das fraudes iniciado pelo Partido Socialista, e que agora o Ministério das Finanças adoptou. Para tal fez aprovar na Assembleia da República o mesmo diploma que o PSD e PP tinham chumbado quando o PS o propôs, perdendo assim um ano no combate à fraude. A manutenção de apoio do Estado à compra de habitação a preços controlados, como aliás acontece na generalidade dos Países europeus e em particular em Espanha, teria permitido canalizar a dinâmica do sector para um segmento em que as carências das famílias ainda justificam a solidariedade social.

Em vez de adoptar medidas firmes mas positivas o Governo tentou minimizar os efeitos da sua acção legislando no sentido de aumentar os prazos dos empréstimos. Esta medida poderá explicar que, apesar da crise sentida pelos portugueses, o crédito à habitação tenha continuado a crescer, mesmo após Outubro de 2002.

Os saldos dos empréstimos ou seja o endividamento dos portugueses com a habitação cresceu de 7.500 milhões de euros em 2002, ou seja mais 600 milhões do que em 2001. Entre Setembro de 2002 e Julho de 2003 voltou a crescer mais de 4.000 milhões de euros.

Continuo a pensar que os nossos níveis de endividamento com a habitação, que é o maior investimento dos particulares, cresceram racionalmente num período em que aumentaram os rendimentos das famílias e baixou o preço do dinheiro.

No entanto, considero que, numa conjuntura de juros excepcionalmente baixos, o alongamento do prazo dos empréstimos, podendo atingir os 40 ou 50 anos que os jovens têm de esperança de vida activa, conduz não só uma carga irracional como poderá ter graves consequências a curto e médio prazo.

Estamos com efeito num momento excepcional de inflação baixa e em que, para combater o abrandamento das perspectivas económicas em todo o mundo, os juros se situam em patamares mínimos.

Em Portugal, contrariamente ao que acontece noutros países europeus, grande parte dos empréstimos à habitação são indexados à Euribor. Assim, as prestações aumentarão com o provável aumento das taxas de juro, logo que a economia retome. As prestações de empréstimos a prazos longos (30, 40 e 50 anos) têm uma componente mínima de amortização correspondendo, na sua quase totalidade, a juros sobre o capital emprestado.

Estas prestações crescem pois quase proporcionalmente, ou seja muito fortemente quando a taxa de juro aumenta. Muito mais do que os portugueses estavam habituados, quando se tratava dos prazos de 15 a 25 anos utilizados anteriormente. Esta cedência do Governo a uma facilidade aparente poderá, num futuro próximo, levar à falência de milhares de famílias portuguesas, e conduzir a um aumento dramático do crédito malparado, tradicionalmente baixo no crédito à habitação em Portugal.

O Governo conseguiu parar a construção e prepara-se para levar as famílias à falência.

Não o podemos consentir!

REUNIÃO DE TENDÊNCIA

JOÃO SOARES RESPONSABILIZA DURÃO PELA SITUAÇÃO DRAMÁTICA DO PAÍS

João Soares reafirmou a sua "disponibilidade" e "absoluta determinação" para "travar todas as batalhas que sejam necessárias" com o PS para derrubar o Governo de direita, acusando o primeiro-ministro de ser o primeiro responsável pela crise em que o País se encontra mergulhado.

O deputado do PS, que falava em Alpiarça no final do almoço anual da sua tendência, onde também foram homenageados dois democratas de referência - José Pinhão e João Amaral -, centrou o seu discurso na crítica à "situação dramática" que o país vive, "talvez a pior desde o 25 de Abril", e na necessidade de se construir "um bloco de progresso" em torno de "uma ideia e de um projecto para Portugal, com todos os que à esquerda, ao centro ou à direita queiram vir connosco".

"Todos nós que não ficamos dentro do Parlamento e das câmaras, todos os que



estamos nas ruas, vemos como é dramática a situação do país", disse, acrescentando: "Somos o único país da Europa cujo PIB está a decair e somos dos poucos onde o desemprego está a

aumentar. O responsável é só um e tem um nome, chama-se Durão Barroso". O deputado socialista acusou ainda o primeiro-ministro de se "esconder atrás de nuvens de fumo político-mediático".

ONDE FOI ESTE COMÍCIO DO PS?

É um desafio que deixamos aos nossos leitores: onde se realizou este comício dos anos quentes de 1974-75?

A resposta destina-se aos organizadores de uma "fotobiografia" do PS, que visa mostrar a história do partido através de cerca de 150 a 200 das melhores e mais representativas fotografias destes últimos 30 anos.

Se se recorda ou identifica o local deste comício, escreva para o nosso jornal e forneça-nos esses elementos.



TEM BOAS FOTOGRAFIAS DO PS?

Caso possua fotografias interessantes ligadas à história do PS, pela sua representatividade e importância ou mesmo pela sua singularidade ou ineditismo, a sua ajuda é também bem-vinda.

A "fotobiografia" do PS deverá incluir muitas das mais importantes fotos do partido dos últimos anos, podendo haver um espaço reservado para o seu próprio espólio fotográfico!

ESTADO DAS PONTES RODOVIÁRIAS PREOCUPA DEPUTADOS

Os deputados socialistas eleitos pelo Algarve, José Apolinário, Jamila Madeira, Maria do Rosário Carneiro e Luis Carito, entregaram um requerimento na Mesa da Assembleia da República a questionar o ministro das Obras Públicas sobre o estado das pontes rodoviárias no distrito.

A preocupação dos parlamentares surgiu após uma notícia do jornal "Correio da Manhã" onde é divulgado um estudo do Instituto de Estradas de Portugal (IEP) que afirma que "16 pontes do distrito de Faro estarão em situação de risco, das quais cinco estão em situação de muito perigo".

No documento, os deputados consideram que o IEP deve divulgar quais os problemas concretos de cada estrutura e ainda as datas previstas para as intervenções em cada uma das estruturas mencionadas.

Para os deputados socialistas, o Governo deve ainda esclarecer qual o orçamento previsto para as obras de cada uma das pontes e qual a data prevista para solucionar os problemas detectados neste estudo do IEP.

O estudo considera que no distrito de Faro, as estruturas de maior risco são a ponte metálica sobre o rio Arade, as pontes do Barranco Longo, da Goncinha, do Lagedo e a ponte sobre o rio Gilão.

Também os deputados Fernando Cabral e Pina Moura também questionaram o Governo sobre os resultados do levantamento feito pelo IEP em relação ao distrito da Guarda onde foram classificadas como inseguras as pontes de Cerdeira do Cão e a de Fornos de Algodres.

Os deputados socialistas Marques Júnior, Rosalina Martins e Fernando Cabodeira, eleitos pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo também pedem esclarecimentos ao ministro das Obras Públicas sobre os resultados do estudo do IEP que identifica como muito perigosas 12 pontes em todo o distrito.

ANTÓNIO COSTA REELEITO PRESIDENTE DO GP/PS

António Costa foi reeleito líder da bancada parlamentar socialista por mais um ano, num escrutínio que registou uma participação elevada. A direcção da bancada obteve 51 votos a favor, 28 contra, dez brancos e um nulo, num universo de 90 votantes entre os 96 que compõem a bancada.

No final da votação, António Costa afirmou estar "muito satisfeito" com os resultados, salientando o facto de em 90 votantes só haver 28 votos contra. "Foi o voto da continuidade", disse.

Para o conselho fiscal, a lista única encabeçada por José Lello, com Fausto Correia e Renato Sampaio como vogais, recolheu 66 votos a favor, 16 contra, sete brancos e um nulo.

A direcção da bancada após as eleições do passado dia 24 de Setembro ficou assim constituída: António Costa (presidente), Acácio Barreiros, Guilherme d'Oliveira Martins, José Magalhães, José Sócrates, Manuel Maria Carrilho, Maria Santos, Manuela de Melo, Leonor Coutinho e Afonso Candal (vice-presidentes).



EFICÁCIA DO HOSPITAL DE SETÚBAL QUESTIONADA POR SOCIALISTAS

As circunstâncias em que morreu um bebé recém-nascido após a transferência da mãe do Hospital de Setúbal para o Hospital do Barreiro motivou a entrega de um requerimento na mesa da Assembleia da República pelos deputados socialistas Alberto Antunes e Eduardo Cabrita.

No documento, dirigido ao ministro da Saúde, os dois parlamentares socialistas exigem saber se a morte da criança não teve nada a ver com o atraso que a transferência provocou, dado que a parturiente foi "transferida de Setúbal para o Barreiro devido à falta de equipa médica suficiente para assistir o parto".

O "clima de descontentamento generalizado nos profissionais que prestam serviço no Hospital de São Bernardo" e a existência de uma situação de ruptura na prestação de cuidados médicos em muitas especialidades, que conduziram à necessidade de transferência de muitos doentes para os hospitais do Barreiro, Almada e Lisboa, são também questões que Alberto Antunes e Eduardo Cabrita querem ver esclarecidas pelo ministro da tutela.

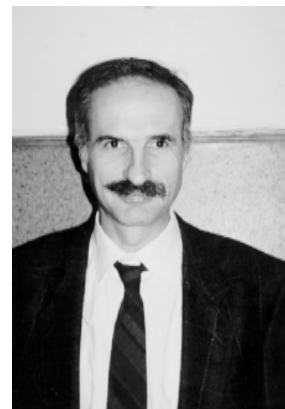
INICIATIVA LEGISLATIVA

APROVADOS DIPLOMAS SOBRE AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E MÚSICA PORTUGUESA NAS RÁDIOS

O projecto de lei socialista sobre autonomia das universidades e institutos públicos que defende uma mudança no sistema de gestão foi aprovado na generalidade, no passado dia 25 de Setembro, pela Assembleia da República.

Apostado em "contribuir para a elaboração de uma nova lei de autonomia, capaz de exprimir um consenso alargado e forte", o diploma oriundo do Grupo Parlamentar do PS pretende "clarificar as condições e os planos do exercício da autonomia dos estabelecimentos".

O "objectivo essencial" é mudar "o sistema de governo e gestão", permitindo às universidades e institutos públicos disporem de "uma larga



margem para definir e operacionalizar os seus sistemas e órgãos de governo e gestão".

Quanto ao diploma do PS sobre protecção e difusão da música portuguesa nas rádios nacionais, este também recebeu luz verde do Parlamento na mesma sessão plenária, esperando-se agora a sua discussão na especialidade.

No debate em torno desta questão, o Partido Socialista garantiu, através do deputado Arons de Carvalho, não querer excluir os artistas portugueses que cantem em língua estrangeira, divergindo, deste modo, a perspectiva "reduzida" do diploma do Partido Popular sobre o mesmo assunto.



30 ANOS
UM PARTIDO MAIS PRÓXIMO DOS NOSSOS SONHOS.

Encomende já.

Comemoramos 30 anos do Partido Socialista.
Comemoramos 30 anos de Democracia.
Descubra fotos e factos que ajudaram a construir a Democracia em Portugal.

**FEDERAÇÕES - CONCELHAS - MILITANTES.
FAÇAM JÁ A ENCOMENDA DOS SEUS EXEMPLARES.**

Os pedidos devem ser feitos para:
Telefone: 21 382 20 14
Fax: 21 382 2007
e-mail: gcps@ps.pt

ou directamente na Sede Nacional.

VAGA DE INCÊNDIOS

CAPOULAS SANTOS DEFENDE NOVAS MEDIDAS DE APOIO AOS PEQUENOS PRODUTORES

O deputado socialista Capoulas Santos defendeu ser "inadiável relançar novas medidas de apoio social para os pequenos produtores, especialmente os idosos", vítimas da vaga de incêndios do último Verão.

Numa intervenção no Parlamento em que deu conta das principais preocupações levantadas pelas populações, autarquias e várias organizações ao secretário-geral e ao Grupo Parlamentar do PS que percorreram recentemente os seis distritos mais atingidos pelos incêndios, Capoulas Santos referiu que "a lista de problemas sem solução à vista e o desajustamento de algumas medidas a várias situações detectadas é extensa". O deputado socialista instou o Governo a pronunciar-se rapidamente, entre outras questões, sobre como e onde vão ser aplicados os dez milhões de contos

do auxílio de emergência da UE, que meios financeiros vai mobilizar para a reforestação das áreas ardidas, quando pensa concluir os Planos Regionais de Ordenamento Florestal iniciados em 2001 e que deveriam ter ficado prontos até ao final de 2002. Por outro lado, Capoulas Santos desafiou o Governo a apresentar as soluções e os meios para apoiar os municípios cuja base económica assentava essencialmente na floresta e que foi destruída, nalguns casos em mais de 80 por cento.

Capoulas Santos referiu ainda que "o Parlamento continua à espera do balanço quantificado do pesadelo que se abateu sobre o país e cuja anormal dimensão se ficou também parcialmente a dever à manifesta descoordenação na utilização dos meios disponíveis, quicá decorrente de reformas apressadas de papel e ao corte cego nas despesas que atingiu

duramente a prevenção e a vigilância que usualmente se recorria".

Secretaria de Estado das Florestas no Pinhal Interior Norte

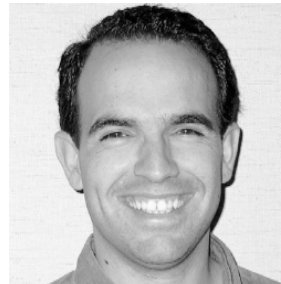
Entretanto, numa carta dirigida ao primeiro-ministro, o deputado José Miguel Medeiros sugere que a futura Secretaria de Estado das Florestas fique localizada na região do Pinhal Interior Norte, no distrito de Leiria.

Entre as vantagens apontadas para tal medida, o parlamentar socialista sublinhou a aproximação efectiva entre decisores e principais destinatários, e a realização da política de esforço voluntarista que Durão Barroso assumira, alegadamente, como atitude imperativa e da responsabilidade do Estado para com as regiões deprimidas.

O País relativo

O REGRESSO AO PASSADO

Num Estado de Direito as leis são gerais e o facto de haver um membro do Governo que promove uma eventual alteração da lei para favorecimento pessoal ou de um seu familiar, revela uma cultura autoritária, que confunde o exercício legítimo do poder, com a apropriação para fins pessoais deste exercício.



PEDRO ADÃO E SILVA

O lamentável episódio que, na altura em que escrevo, levou, pelo menos, à demissão de Pedro Lynce e à "palavra de honra" de Martins da Cruz lembra demasiadamente esse período negro para a cultura democrática em Portugal que foram os governos de Cavaco Silva. O que este grave incidente revela é, afinal, a mesma cultura de poder que caracterizou os governos do PSD. Uma cultura em que em lugar da ética republicana, de distanciamento face ao exercício do poder e de serviço da causa pública, cultiva-se o quero, posso e mando. Uma cultura de poder em que o exercício deste é feito para usufruto próprio ou dos próximos e familiares.

Mas, não menos grave, este é mais um exemplo de degradação activa da democracia e do desprestígio dos seus agentes aos olhos dos cidadãos. Num primeiro momento, o criticismo é dirigido naturalmente contra quem está envolvido na tramóia, *maxime* o inefável dr. Martins da Cruz, mas, num segundo momento, é toda a classe política que sai ainda mais desprestigiada. Aliás, é sintomático da degradação da cultura democrática que a actuação do dr. Pedro Lynce, que seguiu aquilo que deveria ser um procedimento normal nestas situações – ir ao Parlamento, prestar explicações e apresentar a demissão – tenha sido vista como algo a elogiar. Convém termos presente que o dr. Lynce não praticou nenhum ritual de sacrifício, fez o que em democracia deve ser feito e que, infelizmente, não sendo habitual, deveria ser normal. A nossa afirmação enquanto alternativa ao Governo passa, também, por mostrarmos que somos diferentes no exercício do poder e que somos intransigentes na defesa da dignidade do Estado e das instituições.

É neste contexto que a invocação da palavra de honra do dr. Martins da Cruz é particularmente grave. Invocação da palavra de honra feita por um ministro da República, na Assembleia da República. O PS, na oposição, deve ter o mesmo respeito pelas instituições que teria no poder e o respeito pelas instituições mede-se, também, pela aceitação de um código comum de conduta, em que a honra é algo de essencial, até porque excessivamente em desuso. O facto de o dr. Martins da Cruz ter posto em jogo a sua honra e as notícias entretanto surgidas, virem desmentir-lo é de uma gravidade tremenda, para o Governo, mas, também, para a democracia.

No entanto, não menos grave é a substância da questão. Num Estado de Direito as leis são gerais e o facto de haver um membro do Governo que promove uma eventual alteração da lei para favorecimento pessoal ou de um seu familiar, revela uma cultura autoritária, que confunde o exercício legítimo do poder, com a apropriação para fins pessoais deste exercício. Depois de, com a demissão do dr. Lynce, o País ter ficado a saber que neste Governo havia um défice de solidariedade entre os seus membros, os portugueses tomaram conhecimento de que existe um défice de honra da parte de um ministro. É grave para o Governo e é muito grave para a democracia.

Depois do sobrinho do dr. Isaltino e da filha do dr. Martins da Cruz este Governo fica irremediavelmente marcado pelo favorecimento pessoal e a familiares. Espantoso é que o dr. Durão Barroso, também neste domínio, mantenha aquilo que tem sido a sua marca distintiva: ser um gestor de silêncios e desaparecer quando é a ele que compete dar explicações ao País. Já sabemos que o dr. Durão Barroso não governava, preso entre o absurdo do congelamento do investimento público da dra. Ferreira Leite, que tem paralisado o país e as diatribes e as obsessões ideológicas estereis do dr. Bagão Félix. Com estes acontecimentos, ficamos a saber que não exerce sequer a autoridade que lhe compete para dirimir as tramóias dos seus ministros. Afinal, toda esta história revela que, tragicamente, o país político está a viver um regresso a um triste passado. Um regresso ao cavaquismo, mas em versão fotocopiada e de péssima qualidade.

www.paisrelativo.blogspot.com

JOSÉ MAGALHÃES QUER RAPIDEZ NA CERTIFICAÇÃO DE ASSINATURAS DIGITAIS

O deputado José Magalhães quer que o Governo esclareça se existem obstáculos à concretização do projecto de certificação de assinaturas digitais, lembrando que já há um quadro legal aprovado nesta área.

Em requerimento dirigido ao ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS chama a atenção para a

experiência do sistema de certificação digital em Espanha.

"Em Portugal, a tecnologia em causa encontra-se desde há meses disponível e em documentos programáticos da acção governativa abundam as alusões à relevância das assinaturas digitais", aponta o deputado do PS.

No entanto, segundo José Magalhães, em Portugal, "no terreno, reina a

incerteza e um crescente atraso na adopção de medidas que possam banalizar a certificação digital".

No seu requerimento, o deputado do PS quer também saber que planos existem para os serviços públicos "colocarem em marcha" o sistema de certificação digital, "tanto para uso interno, como nas relações com a sociedade".

GOVERNO PÕE EM PERIGO REDE DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO NOS AÇORES

Os deputados socialistas Luiz Fagundes Duarte e José Medeiros Ferreira, eleitos pelo círculo dos Açores, dirigiram um requerimento ao Governo exigindo esclarecimentos sobre o fim anunciado da Rede da Sociedade de Informação dos Açores (RSIA) pelo Programa Operacional da Sociedade de Informação (POS).

A Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) informou o Governo dos Açores que o financiamento da ligação RSIA à Rede de Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS) terminará no final de 2003, pois "não existe possibilidade deste financiamento

ser estendido".

Segundo Luiz Duarte e Medeiros Ferreira, esta é uma situação, no mínimo estranha, pois estava previsto que o PSOI durasse até 2006 nos termos em foi negociado no âmbito do III OCA.

A verificar-se esta situação, alertam os deputados socialistas, 324 instituições que constituem a Rede da Sociedade de Informação dos Açores deixarão de poder integrar a RCTS, "o que se traduzirá num enorme revés para a satisfação do direito dos açorianos no acesso à sociedade de informação, uma vez que as escolas, associações e

restantes organismos que dela beneficiam não dispõem de meios necessários para assumirem despesas a que obrigam a ligação à rede". Mais, adiantam os parlamentares, "impedirá o acesso dos açorianos, sobretudo os residentes nas ilhas mais pequenas e isoladas, à sociedade da informação, em circunstâncias de igualdade de direitos face aos restantes cidadãos nacionais". Os deputados socialistas requerem ainda que o Governo esclareça se vai ou não tomar medidas, em sede de Orçamento de Estado de 2004, para garantir a continuação deste projecto.

SURPRESA E ESTUPEFAÇÃO NA NOMEAÇÃO DO NOVO PRESIDENTE DO IEP

A nomeação de João Sousa Marques para presidente do Instituto das Estradas de Portugal é "uma brincadeira e uma vergonha", considerou José Junqueiro, já que este dirigente tinha a tutela da área de Conservação, Exploração e Segurança Rodoviária do IEP.

"João Sousa Marques teve uma responsabilidade directa no que se passou, muito mais até do que o ex-presidente do IPE, Ribeiro dos Santos", tanto mais que há poucos dias pedira a demissão do seu

lugar de vice-presidente.

O deputado do PS José Junqueiro afirmou que foi "com profunda surpresa" que tomou conhecimento da nomeação de João Sousa Marques para presidente do IEP, "na justa medida em que há poucos dias pedira a demissão do seu lugar de vice-presidente".

Em requerimento dirigido ao primeiro-ministro, Durão Barroso, o deputado do PS sustenta que o Governo, ao nomear Sousa Marques para presidente do IEP,

"demonstra que, depois de ser advogado em causa própria ao mandar fazer ao IEP um relatório sobre um acidente da sua responsabilidade, como então foi assumido, quer agora controlar as averiguações que decorrem do processo de inquérito".

No seu requerimento, José Junqueiro questiona o primeiro-ministro "se vai pactuar com este acto absolutamente imoral e eticamente reprovável", numa referência à nomeação de João Sousa Marques para presidente do IEP.

SÉRGIO SOUSA PINTO DEFENDE

PATENTES INFORMÁTICAS APENAS PARA AS QUE SE APLICAM NA INDÚSTRIA

O Parlamento Europeu deve optar claramente pelo interesse público dos cidadãos, consumidores, programadores e de novas empresas geradoras de inovação no que se refere à actividade no domínio da informática, defendeu o eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto, ao intervir no debate, no hemiciclo de Estrasburgo, sobre uma nova proposta de Directiva relativa à patenteabilidade dos inventos que implicam programas de computador.

Sérgio Sousa Pinto defendeu as pequenas e médias empresas e pequenos operadores particulares, que se têm revelado a principal mola da criatividade, inovação e aperfeiçoamento técnico, daí resultando a originalidade do sector. Nesse sentido, considerou que "não é aceitável" que se desmantele sem critério um dos sectores mais dinâmicos e estratégicos para a modernização das economias, só para legitimar pela lei um novo tipo de negócio.

O eurodeputado criticou duramente a primeira versão da directiva, na medida em que considera que ela consubstanciava "uma inadmissível privatização do saber humano", ao possibilitar uma utilização abusiva e oportunista dos mecanismos jurídicos de protecção de patentes.

"O progresso na informática, por definição, resulta da incorporação de avanços no conhecimento que, por regra, não são titulados ou tituláveis por ninguém em particular", afirmou. Para Sérgio Sousa Pinto, apenas as invenções informáticas susceptíveis de aplicação directa no domínio industrial devem ser patenteadas.

As propostas de alteração introduzidas na proposta pelos socialistas tornam a Directiva mais aceitável. "No entanto - afirmou o eurodeputado -, se essa compatibilização se revelar juridicamente complexa e incerta, há que assumir, politicamente, uma opção pelo interesse geral que deve prevalecer sobre os interesses particulares, ainda que considerados legítimos".

CARLOS LAGE

GESTÃO DAS PESCAS PRECISA DE PARECERES MAIS RIGOROSOS

O Parlamento Europeu pretende que os pareceres sobre a gestão das pescas comunitárias sejam feitas de acordo com critérios de maior qualidade e rigor científico. Num relatório do Parlamento Europeu sobre aquela proposta da Comissão, da autoria do eurodeputado socialista Carlos Lage, são analisadas um conjunto de soluções que visam, por um lado, o reforço do papel das organizações científicas regionais na emissão de pareceres estratégicos de longo prazo e, por outro, a criação de capacidades consultivas próprias da Comunidade nesta área.

A Comissão Europeia pretende implementar estas medidas num curto espaço de tempo, com o objectivo de ajudar à tomada de decisões com base em critérios de rigor científico sobre questões como a gestão das frotas e o acesso às águas e aos recursos marinhos dos Estados-membros da União Europeia.

JOAQUIM VAIRINHOS

FUNDOS PARA ZONAS ARDIDAS DEVEM TER CRITÉRIOS EQUILIBRADOS

As verbas dos fundos comunitários têm de ser utilizadas de forma correcta e equilibrada nos planos de reabilitação das zonas que foram afectadas pelos fogos florestais, defendeu numa declaração de voto o eurodeputado Joaquim Vairinhos.

O eurodeputado, que tomou esta posição durante um debate sobre incêndios florestais que decorreu na primeira sessão plenária de Setembro do Parlamento Europeu, defendeu medidas vinculativas que obriguem os Estados a incluir nos planos de ordenamento do território "acções em prol das espécies autóctones, da reflorestação natural e da prevenção, tendo em vista uma maior protecção da natureza e das populações".

O eurodeputado condenou os critérios meramente economicistas, cujos resultados são "as calamidades que ocorreram durante o Verão passado".

PAULO CASACA QUER EVITAR DEVASTAÇÃO DE ÁGUAS DOS AÇORES

A proposta italiana de liberalizar o acesso à Zona Económica Exclusiva portuguesa dos Açores significaria "um verdadeiro desastre para o arquipélago", afirmou o eurodeputado Paulo Casaca numa carta enviada ao ministro da Agricultura italiano, actual presidente do Conselho de Agricultura e Pescas da União.

Na carta, o eurodeputado sublinhou a estupefacção com que a sociedade açoriana tomou conhecimento da intenção da presidência italiana "de ignorar a opinião democrática dos europeus, expressa numa votação no Parlamento Europeu, relativa à preservação dos direitos de pesca na ZEE portuguesa nos Açores".

Paulo Casaca chama a atenção para a insensatez que constitui a proposta da presidência italiana, na medida em que está em flagrante contradição com todos os dados científicos disponíveis sobre esta matéria.

Na sua opinião, a proposta italiana é contrária ao Direito Internacional Marítimo e ao Código de Boa Conduta para a pesca. Irá provocar uma "brutal devastação" dos bancos de pesca e de pináculos da cordilheira atlântica na proximidade da ZEE dos Açores. Constitui uma enorme falta de respeito para com os pescadores do arquipélago, que são em maior número do que os existentes em sete Estados-membros. Por último, mas não menos importante, a comunidade científica tem conseguido convencer pescadores, políticos e a sociedade em geral a não desenvolver um esforço de pesca de grande dimensão, que destruiria a pesca sustentável.



Paulo Casaca escreveu também uma carta na mesma linha de argumentação ao comissário responsável pela Agricultura e Pescas da União Europeia, Franz Fischer.

Os deputados socialistas portugueses no Parlamento Europeu já por várias vezes manifestaram a sua oposição à intenção do Conselho e da Comissão. Na sessão plenária de Estrasburgo de Junho passado, os eurodeputados bateram-se com determinação contra uma proposta do Conselho de Ministros da União que defendia o acesso quase total de embarcações a águas portuguesas. Os eurodeputados votaram favoravelmente um relatório sobre a gestão do esforço de pesca nas águas comunitárias, no qual se excluía o acesso de embarcações de outros países da União às águas territoriais portuguesas até 50 milhas.

Caso Eurostat

"A Comissão Europeia tem a responsabilidade política e o seu presidente assumiu-a", considerou Paulo Casaca, na qualidade de vice-presidente da Comissão do Controlo Orçamental, depois do presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, ter explicado aos membros do Parlamento Europeu as situações de desvio de fundos ocorridos no Eurostat, organismo de estatísticas da União Europeia.

No final da audição com Romano Prodi, o eurodeputado considerou "não existirem, de momento, motivos suficientemente fortes para individualizar responsabilidades e exigir demissões na Comissão, não obstante as falhas generalizadas detectadas".

MANUEL DOS SANTOS

BCE TEM DE OUVIR PREOCUPAÇÕES DOS EUROPEUS

O próximo presidente do Banco Central Europeu, o francês Jean-Claude Trichet, que substituirá Wim Duisenberg, deve ouvir as preocupações dos europeus, que reclamam mais crescimento económico e mais emprego, disse o eurodeputado Manuel dos Santos, na última sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Manuel dos Santos, que interveio a propósito da escolha para a presidência do BCE do ex-governador do Banco de França, considerou ser impossível "continuar a ignorar que cada vez há mais europeus a pensar que o euro tem um custo demasiado elevado para a Europa".

Neste sentido, disse que Trichet também não poderá ignorar as preocupações de todos aqueles que "exigem maior flexibilidade orçamental e compreensão monetária perante a situação de crise na Europa, o que, se não acontecer, poderá contribuir para o descrédito da moeda única. Na sua opinião, os recentes resultados do referendo na Suécia e as recentes sondagens sobre a adesão da Noruega à União Europeia são "um sinal claro do



enfraquecimento da adesão dos cidadãos à União Económica e Monetária".

Perante esta conjuntura difícil e a exigir mudanças, designadamente na forma como o Pacto de Estabilidade e Crescimento é considerado, o eurodeputado pediu "realismo e pragmatismo" ao novo governador do BCE, de forma a que "a União Económica e Monetária não corra o risco de desabar".

Manuel dos Santos manifestou ainda a sua esperança de que "a nova presidência do BCE, ao contrário da anterior, reconheça o carácter inadiável de uma política monetária mais generosa para o crescimento económico".

Na semana anterior, Manuel dos Santos, na Comissão dos Assuntos Económicos do PE, pediu a Wim Duisenberg uma explicação para os sucessivos atrasos na recuperação económica da Europa e para a ineficácia das medidas do BCE perante tal cenário, que actualmente "é de total ruptura na política fiscal, com reformas estruturais não lançadas ou que só terão efeito a médio e longo prazo e com uma política monetária que não é de todo generosa para o crescimento".

PS APRESENTA PROPOSTAS PARA MELHORAR FUTURA CONSTITUIÇÃO EUROPEIA



Na Conferência Intergovernamental nada deve ser acordado em nome de Portugal até que tudo esteja acordado

O Partido Socialista apresentou um conjunto de cinco propostas de âmbito institucional para melhorar o projecto de Constituição Europeia, exigindo ao Governo que as defenda na Conferência Intergovernamental que se iniciou no passado dia 4, em Roma.

Numa conferência de Imprensa realizada no Largo do Rato um dia antes do início da CIG, a responsável pelas relações internacionais do PS, Ana Gomes, lembrou que os socialistas sempre estiveram na vanguarda da construção europeia e que, dada a importância das alterações constitucionais em curso, considerou "indispensável" que o Governo esclareça publicamente os seus objectivos na delicada e complexa negociação que agora se iniciou.

As propostas de alteração do PS incidem sobre a eleição do Presidente do Conselho, composição da Comissão, presidências rotativas, definição das maiorias qualificadas e número de deputados ao Parlamento Europeu.

Quanto ao Presidente do Conselho

Europeu, o PS defende que ele seja eleito por consenso, de forma a assegurar a influência de todos os Estados-membros na sua escolha. O Partido Socialista considera fundamental consagrar a independência e imparcialidade no exercício daquele cargo e a clarificação do seu âmbito funcional para evitar conflitos de competências com outros órgãos, designadamente com o Presidente da Comissão e com o ministro dos Negócios Estrangeiros da União.

A Comissão Europeia, por sua vez, deve ser composta por um comissário por Estado-membro, com igualdade de estatuto, para evitar estratificações ou discriminações. O projecto de Constituição prevê 13 comissários efectivos e mais um número correspondente ao dos restantes Estados-membros sem direito a voto e que rodariam depois segundo um esquema de igualdade entre Estados. O PS defende as presidências rotativas de todas as formações do Conselho de Ministros, numa base igualitária. Por outro lado, quer que se mantenha a valorização

do princípio da igualdade dos Estados na definição da maioria qualificada, de forma a evitar que o critério demográfico tenha peso excessivo.

O Partido Socialista considera ainda que, sem alterações claras no domínio das soluções institucionais relevantes para a igualdade dos Estados, será inaceitável admitir um reforço do factor população que conduza à redução do número de deputados nacionais ao Parlamento Europeu.

Ana Gomes referiu que, embora o PS tenha em várias ocasiões demonstrado disponibilidade para uma convergência de posições, "lamenta que o Governo não tenha, ao longo deste processo, demonstrado capacidade de diálogo".

O Partido Socialista adverte ainda o Governo para "não endossar quaisquer soluções em matéria institucional sem avaliar todas as implicações do acordo global que resultar da CIG para Portugal e para a construção europeia. Em nome de Portugal, na CIG nada deve ser acordado até que tudo esteja acordado".

Opinião

O EUROPEÍSMO LUSITANO

Mas há, neste europeísmo lusitano, um mistério de difícil compreensão. Com tantos detractores da Europa, nacionalistas e patriotas, imbuídos de um espírito quixotesco de espadeirar contra moinhos de vento europeu, desde a adesão até Maastricht e daí até aos nossos dias, como se mantém ainda viva esta afeição pela Europa, morta que devia estar por desafio à soberania nacional?



LUÍS MARINHO

I. *Andou bem o Presidente da República Jorge Sampaio, quando constatou a irracionalidade com que se abordam os grandes problemas políticos no nosso país.*

Apesar de criticar a tendência para queimar etapas no percurso da evolução da questão do referendo, afirmando que muitas vezes nos julgamos "estar na estação seguinte", quando não saímos ainda da estação anterior, Jorge Sampaio apela para a indispensabilidade do conhecimento mais profundo e largo possível das questões que são objecto

da nova Constituição europeia. Aponta o dedo para as Instituições, Partidos, Governo e Sociedade Civil organizada, que não podem embrulhar-se na questão do referendo enquanto não conhecermos plenamente o conteúdo definitivo da Constituição e o calendário conclusivo dos trabalhos da CIG. As casas não se constroem pelo telhado. A ratificação é o último tempo do processo de gestão da Constituição que começou com a Cimeira de Laeena, em Dezembro de 2001, abrindo as portas ao laborioso trabalho da Convenção, que funcionou desde Fevereiro de 2002 a Julho de 2003. Há vinte meses, portanto, que a reforma dos Tratados está em cima da mesa.

Para além de um acompanhamento empenhado de alguns órgãos de Comunicação Social, escrita e falada, que isolam o mau serviço prestado na matéria pelas televisões - que na circunstância, repetiram até à exaustão o folhetim da Casa Pia -, os portugueses não tiveram a oportunidade de ser informados, como se esperava, do que se passou na Convenção Europeia, fórum propositalmente aberto e transparente, onde sempre foi possível conhecer a evolução dos trabalhos que conduziram à Constituição. A cacofonia das últimas semanas sobre o referendo revela o nosso carinho pelas formas e o nosso desprezo pelo fundo. Não há tempo a perder. Daqui até às eleições europeias, divulgue-se, discuta-se, debata-se a Constituição. É esse o caminho que nos indica o Presidente da República, europeu convicto, que nos conhece bem e sabe quanto da nossa tradicional leviandade pode surgir um dramático resultado para o futuro de Portugal. Com Jorge Sampaio, também eu não tenho medo dos referendos. Apavora-me, isso sim, a ignorância.

II. *Eu sei que os portugueses, dizem-no todas as estatísticas e todos os estudos, são europeístas. Por razões geográficas, naturalmente, porque a miragem do Império terminou em desgraça, porque a lusofonia é simplesmente uma ideia bonita e generosa, porque recebem fundos, porque à força de tantas humilhações na emigração, perceberam o que significa cidadania europeia, isto é, algo semelhante a serem tratados como os outros, nos países onde labutam ou labutaram. Outras razões se poderiam acrescentar, que iriam no mesmo sentido.*

Mas há, neste europeísmo lusitano, um mistério de difícil compreensão. Com tantos detractores da Europa, nacionalistas e patriotas, imbuídos de um espírito quixotesco de espadeirar contra moinhos de vento europeu, desde a adesão até Maastricht e daí até aos nossos dias, como se mantém ainda viva esta afeição pela Europa, morta que devia estar por desafio à soberania nacional?

Mais intrigante ainda, como pode isto acontecer sendo tão raros os que dão a cara pela Europa? Onde se encontram? Por onde param? Será que virão finalmente para a rua, se o referendo os excitar? Precisamos urgentemente de os conhecer.

É que, não façamos confusões! Viajar para a Europa não é a mesma coisa que ser europeu.

EURODEPUTADOS RECEIAM QUE A CIG DESVIRTUE PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Aumenta a inquietação de que a Conferência Intergovernamental, que se iniciou no passado dia 4, venha a alterar substancialmente o projecto de Constituição europeia que os representantes dos parlamentos nacionais, dos Estados-membros, do Parlamento Europeu e da Comissão consensualizaram ao longo de um ano e meio de trabalho.

Na última reunião plenária do Parlamento Europeu, os eurodeputados socialistas Luís Marinho e Carlos Lage manifestaram a sua apreensão relativamente à possibilidade do projecto de Constituição vir a ser desvirtuado durante a Conferência Intergovernamental, e criticaram a Comissão Europeia por ter posto em causa aquilo que antes defendera.

Na discussão de um parecer do Parlamento Europeu sobre o projecto

de Constituição e a Conferência Intergovernamental, Luís Marinho, que foi representante do PE na Convenção Europeia, salientou a necessidade de se dar ênfase "à satisfação pelo projecto de Constituição e adverte a CIG da responsabilidade em que incorrerá se pretender substituir o consenso obtido na Convenção Europeia por um acordo de natureza governamental".

O eurodeputado sublinhou ainda que o texto que será submetido à CIG "é um compromisso largo e profundo" perante o qual se podem ter todo o tipo de sentimentos, mas que não admite que se lhe retire a qualidade de "elemento gerador de uma nova Europa, assente na Democracia, nos Direitos Humanos, na Igualdade e na Solidariedade".

Por sua vez, o presidente da delegação

socialista portuguesa, Carlos Lage, disse estar "decepcionado" com o comportamento da Comissão Europeia face à próxima CIG e considerou inaceitável que, depois de se ter chegado a um compromisso, a Comissão o venha pôr em causa, "dando assim oportunidade a todos aqueles que querem renegociar questões nacionais ou pontuais".

Para Carlos Lage, a mudança de atitude da Comissão pode tornar inviável a Constituição, abrindo a porta a renegociações, quando o que deveria era "cerrar fileira com o Parlamento Europeu para a defender", na medida em que ela representa "um compromisso aceitável". A Comissão, disse, "deixou de ser o motor da Europa para passar a ser um fardo".

XI CONGRESSO DO PS/AÇORES

UM PARTIDO AO SERVIÇO DOS AÇORIANOS

Eficiência, abertura e dinamismo constituem a trilogia de finalidades que vão orientar a futura organização do PS/Açores. Assim o consagra a moção de orientação política global que será apresentada no XI Congresso Regional, a decorrer entre 17 e 19 deste mês, em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira.

"Vamos continuar a mudar os Açores para melhor" é o desafio lançado no título do documento cujo primeiro subscritor é o líder dos socialistas açorianos e chefe do Executivo regional, Carlos César.

Assumindo-se como "um partido democrático com ambições no centro das aspirações dos açorianos", o PS/Açores surge "especialmente motivado pela obra que tem vindo a realizar" e "animado também pela consciência de que é ele o partido que está em melhores condições de fazer o que é preciso".

Ao longo das 51 páginas que compõem a moção global, os socialistas recusam-se a ceder ao "deslumbramento" pelo trabalho realizado e reconhecem, com realismo e humildade, que "houve apostas que falharam, feitos menos bem sucedidos e compromissos que não foram totalmente cumpridos".

"É nesta forma de analisar a sua actividade que o PS/Açores encontra a objectividade imprescindível para garantir a actualidade do seu projecto, o dinamismo nos seus



Em coligação com os açorianos, o PS quer dar mais poder à região, à economia e às pessoas

propósitos e o vigor na sua actuação", diz o documento, onde os socialistas se afirmam ao serviço do povo açoriano e da autonomia.

Neste sentido, o PS/Açores manifesta-se pronto a uma reforma interna que viabilize um melhor serviço em prol do arquipélago. "O PS é como mais gosta de ser, um Partido de cidadãos que participam em benefício da sua terra, sendo eleitos ou eleitores". Assume, a este propósito, especial relevo a separação funcional entre o estatuto do militante partidário e o de governante ou dirigente de cargo político. É que os socialistas açorianos acreditam que devem "trabalhar para o bom Governo, mas este não pode nem deve trabalhar para o Partido".

Neste sentido, os camaradas açorianos entendem que se impõe uma "uma reforma profunda do funcionamento da estrutura partidária", com uma clarificação de áreas de competência, reforço de mecanismos de responsabilização e, sobretudo, com a consciencialização da importância da missão que o PS/Açores desempenha no seio da sociedade açoriana.

Por isso, "há falhas que importa corrigir ao nível da eficácia da acção partidária" através da ligação aos militantes, do incentivo da sua qualidade e do seu muniamento com informações e da congregação de todos os que estejam

dispostos a colaborar, independentemente da sua conotação ideológica, na tarefa final que consiste em "valorizar os Açores e beneficiar os açorianos", num clima de abertura e de "participação abrangente". Na moção, em que também se focam os temas da renovação e fortalecimento do regime autonómico, a questão da próxima a revisão constitucional e do próprio sistema político, bem como do estatuto político administrativo, Carlos César garante que, em Outubro do próximo ano, aquando das eleições regionais, o PS/Açores vai vencer "para dar mais poder à região, à economia e às pessoas, apresentando-se "em coligação com os açorianos".

"O PS/Açores não faz exigências ao eleitorado, assumindo os seus compromissos e respeitando as obrigações que os açorianos lhe impuserem", sustenta, por fim, o documento, onde se assume também o "constante objectivo de renovação das listas de candidatos e deputados". Na moção de orientação política global defende-se, ainda, um poder local forte, em que as autarquias sejam encaradas como parceiros de desenvolvimento, e redimensiona-se a posição dos Açores no Mundo, no contexto europeu, na relação transatlântica e face aos reptos da globalização.

MR

PS/LISBOA LANÇA BLOGUE DO "FÓRUM CIDADE"

A Concelhia do PS/Lisboa lançou o blogue oficial do "Fórum Cidade" para debater o rumo da capital, com vista "à construção de uma alternativa de governo para a cidade".

Com esta iniciativa, o PS/Lisboa quer "pôr a reflectir em conjunto militantes socialistas e cidadãos independentes" sobre as potencialidades e os problemas da cidade, tendo como objectivo a elaboração de propostas, o debate e a tomada de posições sobre diversas matérias".

Este blogue conta com a participação de Eduardo Prado Coelho, Mega Ferreira, Vicente Jorge Silva, Helena Roseta e Miguel Coelho e tem como endereço www.forumcidade.blogspot.com.

NOTIFICAÇÃO EDITAL

Fica notificada Fátima Felgueiras, militante n.º 20 888, do teor da deliberação da Comissão Federativa de Jurisdição, de 03 de Setembro de 2003, bem como do respectivo relatório, referentes ao processo disciplinar que contra si foi instaurado por deliberação da mesma Comissão de 26 de Maio de 2003.

Esta decisão torna-se definitiva se não for impugnada no prazo de 30 dias, contados da presente publicação, nos termos do n.º 5 do art.º 57º dos Estatutos do PS.

Em caso de recurso de impugnação, deve ser dirigido a Comissão Nacional de Jurisdição e entregue na Secretaria da Federação Distrital do Porto do Partido Socialista.

O Instrutor do Processo

Dr. Afonso Paixão

Porto, 19 de Setembro de 2003

INDEPENDENTES COLABORAM COM PS/AÇORES NA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

O PS/Açores encarregou uma dezena de personalidades independentes de elaborar as bases do programa de Governo com que o partido concorre a um terceiro mandato no Governo da região autónoma em 2004.

Em conferência de Imprensa para apresentação das conclusões da reunião dos dirigentes socialistas açorianos, em Ponta Delgada, Vasco Cordeiro, porta-voz do PS/Açores, adiantou que o documento, a debater no XI Congresso socialista, que terá lugar de 17 a 19 de Outubro, começou a ser elaborado há cerca de oito meses.

Mesmo após a sua aprovação na reunião magna, o documento vai continuar a ser debatido em reuniões abertas à sociedade.

Nesta reunião alargada a membros do Secretariado e Comissão Regional e aos deputados da região à Assembleia da República e Parlamento Europeu, foi apoiada por unanimidade a candidatura de Carlos César a um novo mandato na liderança do partido e à chefia do próximo Governo.

Os dirigentes socialistas decidiram, igualmente, subscrever a moção que Carlos César vai apresentar aos congressistas com o título "Vamos Continuar a Mudar os Açores para Melhor", no qual se defende que os socialistas se irão apresentar às eleições regionais de 2004 "em coligação com os açorianos", ao invés da "sofreguidão da coligação do PSD/PP pelo poder e pela vingança".

Por outro lado, os dirigentes do PS/Açores manifestaram-se "preocupados" com o processo de elaboração da futura Constituição europeia, em particular na área das pescas "onde se diluem por com-



pleto os poderes nacionais e regionais". O documento emitido após a reunião, reitera, ainda, críticas à actuação dos dirigentes laranja, acusados de procurarem "transformar as autarquias das ilhas em sedes do PSD".

Trata-se de uma "actuação desesperada e irresponsável", a cujas consequências "para os Açores e credibilidade da autonomia" os socialistas "não podem ficar indiferentes", acusa.

Necessário rever o sistema eleitoral

Por outro lado, Vasco Cordeiro adiantou que o PS/Açores considera fundamental a revisão do sistema eleitoral no arquipélago, para que as eleições regionais de 2004 "decorram num clima de segurança, de credibilidade, sem suscitar dúvidas que possam fazer perigar

qualquer que seja o resultado eleitoral". O sistema eleitoral para o parlamento açoriano, assente em nove círculos correspondentes a cada uma das ilhas, tem sido contestado pela generalidade dos políticos regionais, devido ao facto de colocar problemas de correspondência entre o número de eleitores e eleitos.

Vasco Cordeiro disse ainda que, no entender do PS/Açores, a alteração do sistema eleitoral deve ser "consensual e só é possível mediante a revisão da Constituição".

O porta-voz do PS/Açores anunciou também a abertura do partido a independentes na disputa das próximas eleições regionais, ao sublinhar que "a tarefa de mudar os Açores não é algo de socialistas, é algo de açorianos".

"Continuamos empenhados e abertos a todos aqueles que conosco quiserem colaborar nesta tarefa", referiu.

VIANA DO CASTELO

FEDERAÇÃO APROVA MOÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Federação Distrital de Viana do Castelo reunida em plenário aprovou por maioria absoluta duas moções, a primeira sobre a criação de comunidades urbanas e uma segunda visando a celebração de um pacto de desenvolvimento regional, nos termos propostos pela Universidade do Minho.

A moção aprovada sobre a criação das comunidades urbanas defende que "os dez municípios venham a formar uma comunidade, que rasgue perspectivas a uma política integrada e solidária de desenvolvimento regional, que a todos eles possa favorecer".

Em comunicado, a Federação de Viana do Castelo saúda a Universidade do Minho pelo seu "empenhamento e disponibilidade no apoio a uma política de desenvolvimento regional para o Minho", demonstrado na moção aprovada em plenário.

PSVILA REAL DENUNCIA

GOVERNO VOTA REGIÃO AO OSTRACISMO

A Comissão Política Concelhia do PS/Vila Real manifestou a sua preocupação pela crise generalizada que afecta a região, salientando que ao contrário do prometido por Durão Barroso na campanha eleitoral para as legislativas, o Governo "tem encerrado serviços, reduzido drasticamente o investimento público, os incentivos à actividade económica e o apoio ao emprego", votando a região ao ostracismo.

Em comunicado, os socialistas vila-realenses denunciam, por outro lado, a situação que se vive no hospital distrital, onde "existem especialidades sem médicos ou enfermeiros em número suficiente", "equipamentos subaproveitados", "profissionais de saúde perseguidos" e "dinheiro para propaganda e benesses várias, ao mesmo tempo que escasseiam produtos essenciais para tratamento dos internados".

A Concelhia lamenta ainda que com o actual Governo, o Centro de Apoio a Toxicodependentes (CAT), com várias extensões espalhadas pelo distrito, projecto lançado pelos governos de António Guterres, "tenha sido abandonado e menosprezado, com redução drástica do pessoal médico, de enfermagem e apoio psicológico, sem direcção técnica e parece que, em breve, sem instalações".



TORRE DE MONCORVO

SECÇÃO ASSINALA 5 DE OUTUBRO

Com a presença de Maria de Belém, a Secção de Torre de Moncorvo procedeu à tradicional comemoração do dia 5 de Outubro. O dia da implantação da República foi celebrado por estes camaradas na Foz do Sabor, onde para além da

confraternização houve ainda lugar para intervenções políticas. No final do dia, os socialistas de Mogadouro reuniram-se com a coordenadora nacional das Autarquias, na Junta de Freguesia de Ventuzelo, num encontro de autarcas locais.

SOCIALISTAS BRACARENSES DENUNCIAM FRAUDE EDUCATIVA NO SECUNDÁRIO

A Secção de Educação da Federação do PS/Braga classificou como uma "verdadeira fraude educativa" a actual situação nas escolas, em matéria de igualdade social, caracterizada por "uma cobertura inexistente das reais necessidades das crianças que

possuem necessidades educativas especiais", devido a "uma insuficiente bolsa de professores e educadores para acompanhar estes jovens alunos". Por outro lado, o Secretariado da Secção de Educação "condena de forma veemente o exagerado aumento

dos manuais escolares para o corrente ano lectivo, que pode atingir os 20 por cento", defendendo que o Ministério da Educação deve adoptar "uma política de alargamento do período de vigência dos manuais, de forma a que estes possam ser utilizados várias vezes".

Pelourinho da República



"Maria Graça Carvalho é mesmo a nova ministra da Ciência e do Ensino Superior. Esta notícia foi confirmada há minutos pelo gabinete do primeiro-ministro, pois Maria Graça Carvalho desmentiu a notícia durante esta manhã."

SIC-Online, 6 de Outubro

"Em Junho, tínhamos 41 juízas grávidas" (...). No ano passado tivemos, ao longo do ano, 78 juízas grávidas - quatro meses cada uma (sic) - (...). Há tribunais no Porto, sem ninguém porque os juizes são quase só mulheres e estão TODAS grávidas."

Noronha do Nascimento, DN, 6 de Outubro

"Estaline fez o mesmo a Trotsky e contudo foi este que ganhou militarmente a revolução de 1917. Estaline levou a sua fúria ao ponto de mandar assassinar Trotsky no México. Pelo sim, pelo não, evitarei nos próximos tempos fazer férias em Cancun."

Freitas do Amaral, depois de ver o seu nome apagado da História do CDS, Expresso, 4 de Outubro

"O dr. José Luís Arnaut foi meu aluno e quem foi aluno não dá lições. Não recebo lições do dr. Arnaut, nem permitirei que ele me dê conselhos."

Fernando Seara, idem

"Outra razão para investir em Itália é que há muito menos comunistas que antes, e os que são negam-no."

Silvio Berlusconi, SIC, 2 de Outubro

"Portas remodela Governo na ausência de Durão."

Título do Inimigo Público, Público, 26 de Setembro

"PS contra-ataca na TVI: a comentadora escolhida é Bárbara Guimarães que se diz para bater os rivais Marcelo, Santana, Pacheco (e até Carrilho...)"

idem, 3 de Outubro

"D. Duarte diz que andou em Agronomia, no Colégio Militar e que pilotou helicópteros em Angola. A verdade é que ele esteve seis meses em Agronomia, dois anos no Colégio Militar e não tem licença para pilotar helicópteros."

Nuno da Câmara Pereira, Correio da Manhã, 5 de Outubro

"Ele é filho de uma descendente de uma filha de D. João VI, mas que nunca foi reconhecida. Essa história é um mito que se criou sem pés nem cabeça."

José Hermano Saraiva sobre Nuno da Câmara Pereira, idem

Agenda PS

SECRETÁRIO-GERAL

Dia 10 de Outubro – Ferro Rodrigues participa na Assembleia da República no debate mensal com o primeiro-ministro, no caso, o primeiro da presente sessão legislativa. Ainda neste dia desloca-se ao Museu da República e Resistência, em Lisboa, onde participa numa homenagem a Lopes Cardoso.
Dia 11 de Outubro – O secretário-geral preside aos trabalhos de abertura do encontro distrital de autarcas de Viana do Castelo, no auditório da Santa Casa da Misericórdia de Caminha. Ao final do dia, Ferro Rodrigues preside igualmente à sessão de encerramento da Convenção Autárquica de Odivelas.
Dia 15 de Outubro – O secretário-geral desloca-se a Bruxelas para participar na reunião de líderes do PSE.

PS/AÇORES

Dias 17 a 19 de Outubro – Realiza-se o Congresso Regional do PS/Açores ao qual se apresenta como único candidato à liderança o nosso camarada Carlos César, primeiro subscritor da moção "Vamos continuar a mudar os Açores para melhor". Ferro Rodrigues estará presente no encerramento dos trabalhos.

FEDERAÇÕES

GUARDA

Dia 10 de Outubro – A Federação Distrital realiza um Fórum sobre Turismo, em Almeida.

VIANA DO CASTELO

Dia 11 de Outubro – Jorge Coelho preside, em Caminha ao encerramento dos trabalhos do Encontro de Autarcas do âmbito desta Federação.

Porto

Dia 18 de Outubro – Apresentação do Manifesto sobre a Região que resulta de um trabalho levado a cabo pelo Gabinete de Estudos Distrital e por independentes onde avulta o nome de Sobrinho Simões.

CONCELHIAS

PORTO

Dias 7 a 14 de Outubro – Convenção Autárquica Concelhia.

SECÇÕES

ALCOBAÇA E FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Dia 17 de Outubro – Estas duas Secções da Federação Distrital de Leiria realizam eleições para as Comissões Políticas e Mesas de Assembleia.

AGUALVA CACÉM

Dia 18 de Outubro – Maria de Belém e Edite Estrela são as principais intervenientes no Encontro de Autarcas de Agualva/Cacém que tem lugar no auditório Municipal desta cidade.

GABINETE DE ESTUDOS

Dia 9 de Outubro, às 18h30 – O Grupo de Trabalho de Formação Profissional realiza uma reunião de trabalho, na Sede Nacional do partido socialista.

FAFE

EDILIDADE APOIA ESTUDANTES DESFAVORECIDOS



O programa "Ser Solidário", de apoio a estudantes de estratos sociais desfavorecidos que não ingressaram no ensino superior, já arrancou em Fafe. Este ano, o programa promovido pela autarquia socialista, conta com a participação de 40 jovens que vão ocupar os seus tempos livres em instituições, programas sociais, culturais, nomeadamente em diversos serviços municipais,

juntas de freguesia, jardins-de-infância, entre outros. Entretanto a Câmara Municipal, aproveitou as comemorações da proclamação da República para distinguir os atletas dos clubes locais de diferentes modalidades que mais se salientaram na época desportiva 2002/2003 e ainda premiar as equipas que sobressaem disciplinarmente nos recintos desportivos.

PORTIMÃO

PRESIDENTE ADMITE ENCERRAR PONTE SOBRE O ARADE



O presidente do Município de Portimão, Manuel da Luz, não exclui a hipótese de encerrar a ponte rodoviária metálica de acesso à cidade, caso o Instituto de Estradas de Portugal (IEP) não informe a autarquia das suas condições de segurança. De acordo com o estudo do IEP, esta estrutura de Portimão é uma das cinco pontes do distrito de Faro consideradas "muito perigosas". O autarca socialista recorda que apesar

de ter perdido importância após a construção das pontes que sustentam a Via do Infante e a EN125, esta travessia continua a garantir o acesso à maior parte dos veículos que diariamente entram em Portimão. Manuel da Luz mostrou-se surpreendido com os resultados do estudo, garantindo que levará o caso à reunião de câmara para decidir o eventual encerramento daquela estrutura.

SANTA COMBA DÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL APROVA CRIAÇÃO DE COMISSÃO DO AMBIENTE

A Assembleia Municipal de Santa Comba Dão aprovou por unanimidade a proposta apresentada pelo Partido Socialista para a criação de uma comissão para as questões do ambiente, que tem como objectivo preservar a qualidade da água e do ar do concelho. Os deputados municipais recordam que grande parte do concelho tem importantes recursos hídricos e que existem acessos naturais aos cursos de

água e à bacia da Barragem da Aguireira que potenciam o desenvolvimento turístico da região. As preocupações ambientais com as pecuárias instaladas no perímetro urbano de Pinheiro de Azere, que provocam maus cheiros e que põem em causa a qualidade da água para consumo, são outro exemplo dado pelos vereadores socialistas para justificar a sua proposta.

LEIRIA

PS PREOCUPADO COM DÍVIDAS DA AUTARQUIA

Os vereadores socialistas da Câmara Municipal de Leiria querem saber quais poderão ser as consequências legais para os autarcas que aproveitem despesas que não têm verbas cabimentadas no orçamento da autarquia.

Segundo os vereadores eleitos pelo PS, o volume de dívidas a fornecedores pode colocar em causa a gestão corrente da autarquia, pelo que deve ser solicitado um parecer jurídico, permitindo "esclarecer o enquadramento

e consequências cíveis e penais da intervenção pessoal em decisões" sobre este tipo de despesas.

Em comunicado, os socialistas sublinham ainda que "desde o final do ano anterior a dívida já aumentou cerca de um milhão de euros, o que traduz uma tendência negativa para o equilíbrio das contas da autarquia e evidencia uma prática de gestão que não toma em conta as limitações financeiras existentes, nem se preocupa em ajustar o nível da despesa ao da receita disponível".



PAMPILHOSA DA SERRA

AUTARCAS SOCIALISTAS ANALISAM ESTADO DO CONCELHO

Os autarcas da Pampilhosa da Serra eleitos pelo Partido Socialista vão realizar durante este mês um conjunto de visitas a todas as freguesias para se inteirarem da sua situação, de forma a elaborarem um Livro Branco sobre os problemas que mais afectam o concelho.

Em comunicado, os socialistas pampilhosenses afirmam que esta

iniciativa tem como objectivo "avaliar quais as promessas eleitorais feitas pelo PSD nas últimas eleições de Dezembro de 2001 e quais as promessas que caíram por terra".

A elaboração do Livro Branco vai incidir sobre as "carências sentidas pela população, bem como analisar as maiores dificuldades sentidas na educação, cultura, na protecção do

ambiente, na situação económica do concelho, na fixação de população activa, entre outros sectores".

A partir desta publicação, os autarcas vão realizar no final do ano um encontro com empresários e outros agentes de desenvolvimento local para discutir e encontrar, em conjunto, caminhos para o desenvolvimento sustentado da Pampilhosa da Serra.

OURIQUE

VEREADORES SOCIALISTAS CONTRA APLICAÇÃO DA DERRAMA

Os vereadores socialistas votaram contra a aplicação da derrama no concelho de Ourique justificando a sua atitude com a falta de pontualidade da autarquia liderada pelo PSD/PP nos compromissos assumidos com um conjunto de pequenas e médias empresas da região. Em comunicado, a vereação socialista recorda que até hoje "o Executivo camarário não tem providenciado no sentido de criar as condições necessárias

para a instalação de novas empresas nem o desenvolvimento das existentes, pelo contrário tem estado de costas voltadas para o tecido económico do concelho".

Para os autarcas socialistas, a actual conjuntura económica que o País atravessa aliada à "desastrosa" política fiscal do Governo, tem penalizado as empresas do interior, responsáveis por "uma importante fatia do emprego criado,

que tentam de alguma forma desesperada, sobreviver", não justifica a aplicação da derrama em Ourique.

Os vereadores socialistas acusam ainda o Executivo de tomar "mais uma medida avulsa não passando de mais uma forma desesperada de tentar estancar o autêntico descalabro, em termos financeiros que a autarquia atravessa, protagonizado pelo actual presidente da Câmara".

SANTARÉM

RUI BARREIRO QUESTIONA GOVERNO SOBRE CAPITAL DA CULTURA

O presidente da Câmara Municipal de Santarém, Rui Barreiro, insistiu, junto do ministro da Cultura, na necessidade de ter uma resposta quanto à pretensão da cidade ser capital nacional da cultura em 2007.

O autarca socialista considera que Santarém "tem condições para ser capital nacional da cultura", dados "os investimentos em infra-estruturas em curso e as inúmeras actividades desenvolvidas ao longo do ano".

Rui Barreiro afirmou ainda esperar que a decisão governamental seja tomada rapidamente "porque uma capital nacional da cultura tem que se preparar, e não pode ser desenhada em cima do joelho para funcionar bem".

VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA PAGA SEGURO DAS VIATURAS DOS BOMBEIROS

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira vai passar a pagar o seguro das viaturas pertencentes às associações de bombeiros voluntários do concelho, O acordo celebrado entre a autarquia socialista e as associações de bombeiros voluntários de Alhandra, Póvoa, Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira, Vialonga e Alverca vem formalizar um conjunto de apoios

financeiros que o município já prestava às corporações, à excepção do pagamento do seguro das viaturas que foi acordado pela primeira vez.

Com este protocolo, a autarquia compromete-se ainda a custear o seguro de acidentes pessoais dos bombeiros e a assegurar uma comparticipação sobre a aquisição de novas viaturas pelas corporações.



II PLENÁRIO DA CORRENTE SINDICAL SOCIALISTA DA CGTP

TRAVAR A OFENSIVA DO GOVERNO CONTRA OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Vieira da Silva classificou como "muito grave" a actual crise económica, com reflexos particularmente preocupantes na situação dos trabalhadores, sublinhando ainda que se assiste a uma tentativa de "produzir retrocessos no modelo social". O dirigente socialista falava na sessão de encerramento do II Plenário da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, realizado no fim-de-semana, no INATEL, em Oeiras, em que foram debatidos quatro grandes temas: a situação político-sindical, a construção europeia, o carácter plural e unitário da CGTP-IN e a situação política internacional.



O movimento sindical tem uma importância vital na regulação da globalização

Perante uma plateia de largas dezenas de sindicalistas socialistas, representantes de diversos sectores da actividade económica, desde o ensino ao calçado, passando pela restauração, Vieira da Silva referiu que na actual conjuntura "se acumulam todos os aspectos negativos de uma crise: recessão económica, aumento galopante do desemprego, crescimento do défice das contas públicas e inflação a baixar menos que as previsões do Governo". O secretário nacional do PS para a Organização disse ainda que "há uma paralisia dos grandes e pequenos projectos de investimento, seja de natureza pública ou privada", salientando que "o investimento social é dos mais penalizados ao nível do investimento público, com cortes dramáticos nos equipamentos sociais". No plano social, Vieira da Silva alertou que está em curso "uma tentativa de produzir retrocessos no modelo social", apontando como exemplos desta ofensiva as alterações nos regimes de protecção na doença e no desemprego, que visam "única e exclusivamente diminuir direitos". Quanto à situação internacional, o porta-voz socialista defendeu que "o movimento sindical tem um papel fundamental na construção de uma alternativa aos aspectos mais nefastos da globalização".

Por outro lado, o dirigente socialista sustentou ainda que "os sindicatos devem dar um contributo para que o diálogo social, de que resulta o contrato social, seja mais rico do que tem sido até agora". Na sua intervenção, Vieira da Silva realçou "a importância do diálogo" entre os sindicalistas socialistas da CGTP e da UGT, sustentando que o contributo dos sindicalistas "é fundamental para ajudar o PS, quando for de novo Governo, a ter sempre a ambição de transformação social". Já Rui Cunha, a quem coube a abertura dos trabalhos, fez uma intervenção fortemente crítica à política social, laboral e económica do Governo, que acusou de "tudo ter sacrificado ao cumprimento do Pacto de Estabilidade, lançando o País numa recessão". O dirigente do PS manifestou a sua preocupação com o aumento galopante do desemprego, referindo que, "espantosamente, Portugal foi o único país da Europa onde o desemprego cresceu em Agosto". E, salientou, que para "alguns teóricos da direita radical mais desemprego é condição para o desenvolvimento do País", enquanto para "a esquerda o emprego é condição fundamental para a cidadania e desenvolvimento do País". E, orgulhoso, lembrou que nos governos socialistas se

registou uma situação de "quase pleno emprego". Rui Cunha considerou ainda que o Código Laboral, mesmo amputado de alguns dos seus aspectos mais nefastos, "irá aumentar a conflitualidade nas empresas, prejudicar os direitos dos trabalhadores e afectar seriamente a produtividade e competitividade".

Governo maltrata justiça social

Rui Cunha considerou ainda que "nunca a justiça social foi tão maltratada pelo Governo", apontando como exemplos negativos as novas regras na atribuição do subsídio de doença e de desemprego, que têm em comum um objectivo, "cortar direitos adquiridos, de forma a pagar menos". A situação política internacional esteve no centro da intervenção de Ana Gomes, que defendeu uma maior intervenção das organizações sindicais nos fóruns internacionais, de forma a defenderem mais eficazmente os direitos humanos e dos trabalhadores. Defensora da regulação da globalização, a secretária nacional do PS para as Relações Internacionais considerou "fundamental que os sindicatos portugueses sejam mais interventivos no controlo da política

externa do Governo português e nos fóruns internacionais".

Na sua intervenção, Ana Gomes defendeu ainda uma maior participação das estruturas sindicais em Bruxelas, de forma a pressionar a reforma da PAC, que na sua forma actual "é contra os trabalhadores agrícolas, contra o comércio justo, beneficiando meia dúzia de famílias que recebem chorudos subsídios para não produzir". Outro dos sectores no qual, na opinião de Ana Gomes, os sindicalistas devem intervir é no sector das indústrias de defesa, "onde se assiste ao seu desmantelamento e perda de postos de trabalho, no quadro de uma política perversa de enfeudamento aos interesses americanos, pondo em causa a nossa participação numa indústria de defesa europeia". A dirigente socialista sustentou ainda que "os sindicalistas devem estar na primeira linha do combate à evasão e fraude fiscais". Por sua vez, Carlos Trindade, líder da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, no encerramento dos trabalhos, mostrou-se particularmente satisfeito com a riqueza do debate, referindo que os objectivos deste II Plenário, "transmissão de conhecimentos e fixação de ideias e valores", foram plenamente alcançados, salientando

ainda "a mais-valia, a nível de reflexão, trazida pelos oradores convidados".

Solidariedade a Paulo Pedroso

Quanto à situação político-sindical, Carlos Trindade disse que a Corrente Sindical Socialista "esteve na primeira linha da luta da CGTP-IN contra o Código do Trabalho", bem como estará na "defesa intransigente da Constituição contra a ofensiva da direita e da extrema-direita". Na sua intervenção, Carlos Trindade salientou ainda que "os ataques sistemáticos feitos na Comunicação Social ao PS", são, afinal reveladores, de que "o nosso partido está no bom caminho, na procura de uma alternativa de progresso ao Governo de direita". Neste Plenário, em que foram aprovados dois documentos, um sobre a situação político-sindical e as posições da CSS/CGTP-IN e outro de solidariedade ao camarada Paulo Pedroso, subscrito por todos os participantes, foram também oradores o deputado socialista Vítor Ramalho, a secretária-geral adjunta da CES, Maria Helena André, o secretário-geral adjunto da CILS, José Olívio Oliveira, e o dirigente da Tendência Sindical Socialista da UGT, Delmiro Carreira.

J. C. CASTELO BRANCO

TGV

FERNANDO GOMES QUESTIONA GOVERNO SOBRE LIGAÇÃO PORTO-VIGO



Preocupado com a reformulação do traçado do TGV no que diz respeito ao Porto, círculo pelo qual foi eleito deputado, Fernando Gomes solicitou ao Governo explicações sobre se a nova ligação ferroviária entre a cidade Invicta a Vigo, como consta da proposta de reformulação da rede ibérica, é prioritária e qual o seu grau de prioridade.

PÓVOA DE LANHOSO

SOCIALISTAS SAÚDAM NOVO PRESIDENTE DO MUNICÍPIO

A Federação de Braga do PS desejou ao novo presidente da Câmara da Póvoa de Lanhoso, Lúcio Pinto, as maiores felicidades para as suas novas funções. Em comunicado, os socialistas bracarense afirmam-se convictos de que o programa que o PS apresentou nas eleições autárquicas da Póvoa de Lanhoso, e que obteve um apoio esmagador dos eleitores, "vai continuar a ser executado em pleno, agora com a liderança do novo presidente que passa a dirigir a equipa que desde há muitos anos iniciou este projecto vencedor e empreendedor".

SERPA

CÂMARA TEM DE COMBATER MÁ QUALIDADE DA ÁGUA

A Comissão Política da Concelhia de Serpa defende que "é necessário pôr fim à situação intolerável que o concelho vive em relação à péssima qualidade da água", exigindo que "a câmara diga o que pensa fazer para resolver este problema de consequências tão graves para todas as populações". Em comunicado, os socialistas de Serpa consideram que "o problema da quantidade e qualidade da água, que afecta todas as freguesias do concelho, revela a falta de sensibilidade para os problemas do saneamento básico e a incapacidade da câmara em resolver este problema de consequências tão graves para todas as populações".

OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

GOVERNO É OBRIGADO A REVER DÉFICE E CRESCIMENTO DA ECONOMIA PELA EXECUÇÃO DE AGOSTO SÓ COM MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS SERÁ POSSÍVEL ATINGIR OS NOVOS OBJECTIVOS

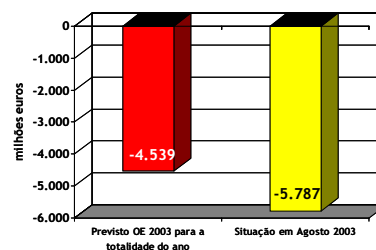
Estado Membro: Portugal Dados em milhões de euros Data: 01/09/2003	2003	2003	Varição
	Fevereiro Previsto	Setembro Previsto	2003 Previsto
Capacidade/necessidade líquida de financiamento			
Administrações Públicas	-3.306,0	-3.886,9	17,6%
- Administração Central	-3.966,0	-4.752,6	19,8%
- Administração Local	0,0	-151,9	
- Fundos de Segurança Social	659,0	1.017,6	54,4%
Déficit Bruto das Administrações Públicas (consolidado)			
Valor nominal no final do ano	78.280,0	78.525,3	0,3%
Formação Bruta de Capital Fixo	5.146,0	4.661,8	-9,4%
Juros (consolidado)	4.403,0	3.793,5	-13,8%
Produto Interno Bruto a preços de mercado	135.674,4	131.993,8	-2,7%
Em % do PIB			
Capacidade/necessidade líquida de financiamento (déficit)	-2,44%	-2,94%	20,8%
Déficit Bruto das Administrações Públicas	57,7%	59,9%	3,1%
Formação Bruta de Capital Fixo	3,8%	3,5%	-6,9%
Juros (consolidado)	3,2%	2,9%	-11,4%

Fonte: Reporte dos Défices Excessivos

No dia 1 de Setembro de 2003 o Governo procedeu à revisão dos valores relativos a 2003 e que constavam do Reporte dos Défices Excessivos de Fevereiro de 2003

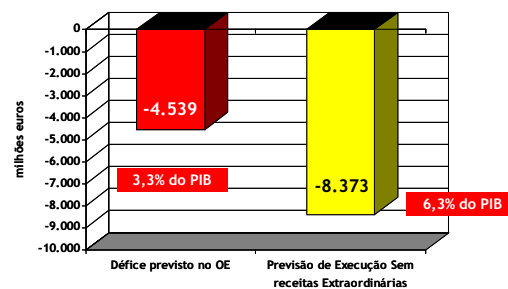
Esta revisão já contempla a receita do Fundo de Pensões dos CTT e uma redução em investimento (FBCF) e Juros

EM AGOSTO DE 2003 O SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO JÁ TINHA ULTRAPASSADO EM 27,5% O VALOR QUE ESTAVA PREVISTO PARA A TOTALIDADE DO ANO



Fonte: Boletim da DGO e OE 2003

MESMO MANTENDO O PADRÃO DE EXECUÇÃO DE 2002 (O QUE EM NADA PARECE SER EVIDENTE) O DÉFICE DO SUBSECTOR ESTADO NO FINAL DO ANO PODERÁ SER QUASE O DOBRO DO PREVISTO NO OE



Fonte: OE 2003 e Estimativas do GPPS

MENSAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL AOS MILITANTES

O secretário-geral, através do "Acção Socialista", dirige aos militantes a mensagem que se transcreve e que visa convocar-nos, a todos, para uma recolha de fundos que permita reforçar os recursos financeiros essenciais à actividade do PS e à preparação das próximas campanhas eleitorais.

"DAR MAIS FORÇA AO PS"

Portugal vive um dos momentos mais decisivos da sua história recente. O Governo de direita CDS/PSD desencadeou uma crise económica, financeira e social de proporções inaceitáveis.

O Partido Socialista é a única alternativa a esta política e a estes protagonistas.

A responsabilidade que nos cabe está muito para além dos ciclos eleitorais e encontra os seus fundamentos na necessidade de corrigir uma política desastrosa para Portugal e os portugueses.

Os combates políticos que se aproximam são por isso de uma importância fundamental.

Fui a esse respeito muito claro ao apontar a vitória nos próximos actos eleitorais como a meta do Partido Socialista para 2004.

Este objectivo, que o futuro do País exige que sejamos capazes de cumprir, coloca a cada militante, a cada simpatizante, a cada estrutura do Partido, responsabilidades de nível muito elevado.

Estamos a trabalhar para preparar cuidadosamente os meios e as condições que nos permitam enfrentar com sucesso essas batalhas. Os recursos financeiros, a par da capacidade mobilizadora de todas as nossas estruturas, são uma alavanca essencial para que possamos assegurar que a mensagem de esperança e confiança no futuro que o PS representa, possa chegar a todos os portugueses.

A alteração do sistema de financiamento partidário, cuja entrada em vigor o PSD impediu, ao contrário do que se encontrava consensualizado, e que permitiria continuar de forma sustentada a política de rigor e transparência que caracteriza a actividade do PS, leva-me a chamar todos os militantes e estruturas do Partido para um esforço de recolha de fundos para dar corpo à ambição de vitória que a todos nos anima.

Procuraremos assim, através de uma campanha que decorrerá no final de 2003 e em 2004, mobilizar recursos financeiros que garantam um suporte adequado à dimensão dos objectivos que nos movem.

A participação empenhada de todos os militantes é condição central do sucesso desta iniciativa.

Conto convosco.

Eduardo Ferro Rodrigues



A alteração do sistema de financiamento partidário, cuja entrada em vigor o PSD impediu, obriga-nos a chamar todos os militantes e estruturas do Partido para um esforço de recolha de fundos para dar corpo à ambição de vitória que a todos nos anima.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.p.s.p.t/a.c.c.a.o